



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA E DE PRODUÇÃO**  
**GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA**

**MARCÉU SILVA SÁ**

**COMPATIBILIDADE ENTRE COMÉRCIO JUSTO, PROJETO SÃO JOSÉ IV E A  
IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA NA  
ZONA RURAL DE PACAJUS**

**FORTALEZA**

**2019**

MARCÉU SILVA SÁ

COMPATIBILIDADE ENTRE COMÉRCIO JUSTO, PROJETO SÃO JOSÉ IV E A  
IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA NA  
ZONA RURAL DE PACAJUS

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia de Produção Mecânica do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia de Produção Mecânica.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Teixeira Mâsih

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S113c Sá, Marcéu Silva.  
Compatibilidade entre comércio justo, projeto São José IV e a implantação de uma fábrica de beneficiamento de castanha na zona rural de Pacajus / Marcéu Silva Sá. – 2019.  
95 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Engenharia de Produção Mecânica, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Rogério Teixeira Mâsih.
1. Comércio Justo. 2. Projeto São José IV. 3. Agricultura familiar. I. Título.

CDD 658.5

---

MARCÉU SILVA SÁ

COMPATIBILIDADE ENTRE COMÉRCIO JUSTO, PROJETO SÃO JOSÉ IV E A  
IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA NA  
ZONA RURAL DE PACAJUS

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia de Produção Mecânica do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia de Produção Mecânica.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Teixeira Mâsih

Aprovada em 24/06/2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rogério Teixeira Mâsih (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Abraão Freires Saraiva Júnior  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Esp. João Neto de Freitas Castro  
Centro Universitário Estácio do Ceará - Estácio

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e irmãos, que sempre me motivaram a estudar para adquirir conhecimento sobre a vida em seus mais variados aspectos. Agradeço pela paciência, carinho, exemplo, motivação e, acima de tudo, pelo amor incondicional, fundamental para permitir que eu pudesse continuar nessa jornada.

A todos os meus amigos, que estão perto ou longe, da galera de Itaipaba, dos parceiros do Nunes Moraes, da Universidade Federal do Ceará, obrigado pelo companheirismo.

Aos meus companheiros de futebol, em especial aos jogadores do Esporte Clube Benfica e Arsenal Futebol Clube de Pacajus, que me fizeram entender que o futebol é a coisa mais importante dentre as coisas menos importantes da vida.

A todos os professores do curso de Engenharia de Produção Mecânica, em especial aos professores Rogério Mâsih e Sérgio Elias, pelos aprendizados práticos proporcionados em experiências enriquecedoras.

Aos moradores de Itaipaba que participaram da pesquisa, a meu orientador e membros da banca examinadora, pelo tempo e atenção dedicados ao meu trabalho.

*" Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.*

*Paulo Freire*

## RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a compatibilidade entre as iniciativas de Comércio Justo, Projeto São José IV e instalação de uma fábrica de amêndoas de castanhas de caju no distrito de Itaipaba, zona rural de Pacajus, distante 50 km da capital Fortaleza. Para analisar a compatibilidade foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando à obtenção de informações que rodeiam a temática de iniciativas de impacto social voltadas a atividades agrícolas. A pesquisa bibliográfica abordou a definição de agricultura familiar, a importância dessa atividade produtiva para as famílias nordestinas, em especial em relação às dificuldades da produção agrícola familiar de castanha de caju no município de Pacajus. Iniciativas que têm como finalidade a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, como o Projeto São José IV e o movimento de Comércio Justo foram apresentadas com foco relacionado ao desenvolvimento social de comunidades marginalizadas, bem como a utilização da ferramenta de gestão Impacto Social Canvas para auxiliar no desenvolvimento de empreendimentos sociais. Para a realização da pesquisa, adotou-se a metodologia do tipo descritiva, utilizando-se de pesquisas bibliográficas, documental estudo de campo. O universo da pesquisa foi composto pelos cajucultores de Itaipaba, que participaram da aplicação do questionário, que foi composto por 20 perguntas. Os resultados demonstram que a situação vivida por muitos agricultores da comunidade rural pacajuense é compatível em muitos aspectos com os princípios de desenvolvimento social e econômico propostos pelo Projeto São José IV e Comércio Justo, e em outros apresenta incompatibilidades a serem resolvidas. O baixo nível de renda e escolaridade dos entrevistados, a falta de oportunidades de trabalho na zona rural, bem como o importante papel da agricultura familiar são compatíveis com a proposta de desenvolvimento social, fatores como documentação e cultura de desrespeito ao meio ambiente foram identificadas. Assim, por meio da análise foi possível identificar fatores positivos e negativos acerca da compatibilidade da situação vivida pelos produtores de castanha de Itaipaba com os objetivos e os princípios almejados pelo Comércio Justo e pelo Projeto São José IV.

**Palavras-Chave:** Comércio Justo, Projeto São José IV, Agricultura familiar

## ABSTRACT

This work had as main objective to analyze the compatibility between the initiatives of Fair Trade, Project São José IV and installation of a cashew nuts factory in Itaipaba, rural area of Pacajus, distant 50 km from the capital Fortaleza. In order to analyze the compatibility, a bibliographic research was carried out aiming at obtaining information that surrounds this theme. The bibliographical research focused on the definition of family agriculture, importance of this productive activity for the Northeastern families, especially in relation to the difficulties of the family agricultural production of cashew nuts in Pacajus. Initiatives aimed at improving the living conditions of rural workers, such as the São José IV Project and the Fair Trade movement, were presented with a focus on the social development of marginalized communities, as well as the use of the Social Canvas Impact management tool to assist in the development of social enterprises. For the accomplishment of the research, the methodology of the descriptive type was adopted, using bibliographical and documentary researches. The research universe is composed of the Itaipaba cashew nuts producers, who participated in the application of the questionnaire, which was composed of 20 questions. The results show that the situation experienced by many farmers in the rural community of Pacaju is compatible in many respects with the principles of social and economic development proposed by the São José IV Project and Fair Trade. In others aspects, they present incompatibilities to be solved. The low level of income and schooling of the interviewees, the lack of job opportunities in the rural area, as well as the important role of family agriculture are compatible with the proposal of social development, factors such as documentation and culture of disrespect to the environment were identified. Through the analysis, it was possible to identify positive and negative factors regarding the compatibility of the situation experienced by the nut producers of Itaipaba with the objectives and principles sought by Fair Trade and the São José IV Project.

**Keywords:** Fair Trade, São José IV Project, Family Agriculture



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplos de selos de certificação de Comércio Justo.....	29
Figura 2 – KitKat comercializado no Reino Unido.....	30
Figura 3 – Sorvete da Ben & Jerry`s comercializado nos EUA.....	30
Figura 4 – Amêndoa de castanha de caju comercializada na Itália.....	31

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de agricultores por gênero.....	53
Gráfico 2 – Idade dos agricultores entrevistados.....	54
Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos entrevistados.....	55
Gráfico 4 – Renda per capita mensal.....	55
Gráfico 5 – Produção anual de castanha.....	56
Gráfico 6 – Agricultores com posse da DAP.....	57
Gráfico 7 – Preço praticado na venda da castanha.....	58
Gráfico 8 – Posse de animais silvestres.....	60
Gráfico 9 – Satisfação com o preço de venda.....	60
Gráfico 10 – Preço justo pela venda da castanha.....	61
Gráfico 11 – Documento de posse legal da propriedade.....	62

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Vendas em 2017 de produtos com a certificação de Comércio Justo.....	26
Quadro 2 – Representação da ferramenta Impacto Social Canvas.....	38
Quadro 3 – Perguntas do questionário e justificativas.....	49
Quadro 4 – Resumo do quadro Impacto Social Canvas.....	74
Quadro 5 – Compatibilidade entre Comércio Justo e comunidade de Itaipaba via questionário e Impacto Social Canvas.....	75
Quadro 6 – Compatibilidade identificada via questionário entre Comércio Justo e comunidade.....	79
Quadro 7 – Compatibilidade identificada via Impacto Social Canvas entre comunidade e Comércio Justo.....	82
Quadro 8 – Compatibilidade identificada e sugestões de melhoria baseada nos princípios do Comércio Justo.....	85
Quadro 9 – Resumo da compatibilidade da comunidade com objetivos do Projeto São José IV.....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ACC	Amêndoa de Castanha de Caju
COPAC	Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Gue
PSJ IV	Projeto São José IV
CJ	Comércio Justo
EUA	Estados Unidos da América
COPACAJU	Cooperativa Agroindustrial do Caju
FLO	Fairtrade Internacional
WFTO	Associação Internacional de Comércio Justo
EFTA	Associação Europeia de Comércio Justo
FTF	Associação Norte Americana de Comércio Justo
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do
HIV / AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
OIT	Organização Internacional do Trabalho
DAS	Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projetos
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Ceará
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura F
LCC	Líquido da Castanha de Caju
ACPCI	Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empr
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recurso
STRP	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajus
UFC	Universidade Federal do Ceará
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Contextualização.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>18</b>
<i>1.2.1 Objetivo geral.....</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2 Objetivos específicos.....</i>	<i>18</i>
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>18</b>
<b>1.4 Metodologia.....</b>	<b>20</b>
<b>1.5 Estrutura do trabalho.....</b>	<b>21</b>
<b>2 AGRICULTURA FAMILIAR E INICIATIVAS DE IMPACTO SOCIAL.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Agricultura familiar.....</b>	<b>23</b>
<i>2.1.1 Projeto São José IV.....</i>	<i>23</i>
<b>2.2 Conceito e importância do Comércio Justo.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 Instituições de Comércio Justo.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4 Princípios do Comércio Justo.....</b>	<b>32</b>
<b>2.5 Canvas aplicado a projeto sociais.....</b>	<b>37</b>
<b>3 ESTUDO DE CAMPO.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 Agricultura na zona rural de Pacajus.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2 Etapas do estudo de campo.....</b>	<b>46</b>
<i>3.2.1 Etapa 1- Planejamento do questionário à luz do Projeto São José IV e Comércio Justo.....</i>	<i>46</i>
<i>3.2.2 Etapa 2- Aplicação do questionário.....</i>	<i>47</i>
<i>3.2.3 Etapa 3- Aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas.....</i>	<i>47</i>
<i>3.2.4 Etapa 4- Relatório final e análise dos resultados.....</i>	<i>48</i>
<i>3.2.5 Etapa 5- Sugestões de melhoria.....</i>	<i>48</i>
<b>3.3 Resultados obtidos.....</b>	<b>48</b>
<i>3.3.1 Etapa 1- Planejamento do questionário à luz do Projeto São José IV e Comércio Justo.....</i>	<i>48</i>
<i>3.3.1.1 Caracterização da amostra.....</i>	<i>52</i>
<i>3.3.2 Etapa 2- Aplicação do questionário.....</i>	<i>53</i>
<i>3.3.3 Etapa 3- Aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas.....</i>	<i>63</i>
<i>3.3.4 Etapa 4- Relatório final e análise dos resultados.....</i>	<i>74</i>
<i>3.3.4.1 Adequação aos objetivos do Projeto São José IV.....</i>	<i>74</i>

<i>3.3.4.2 Adequação aos princípios do Comércio Justo</i> .....	78
<i>3.3.5 Etapa 5- Sugestões de melhoria</i> .....	84
<i>3.3.5.1 Sugestões de melhoria voltadas ao Comércio Justo</i> .....	85
<i>3.3.5.2 Sugestões de melhoria voltadas ao Projeto São José IV</i> .....	89
<b>4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>APÊNDICE A- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b> .....	98

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização

De acordo com a Fiec (2019), o Ceará continua sendo o maior exportador nacional no setor de castanha de caju, sendo as amêndoas responsáveis pela maior fatia das vendas. O principal destino são os EUA, com consumo de cerca de 40 % do total exportado. O Estado tem se destacado com o aumento das vendas das amêndoas de castanha de caju para outros países, como Canadá e Itália. No período de janeiro a abril de 2019, aproximadamente 130 milhões de reais foram negociados nas exportações envolvendo castanha de caju.

Para Queiroz (2019), o beneficiamento da castanha de caju poderia ser uma alternativa sustentável para a geração de renda a famílias nordestinas, especialmente as cearenses. Apesar da produção cearense de castanha de caju pertencer, em sua maioria, a agricultores familiares do interior do estado, boa parte dos lucros provenientes dessa atividade são divididos entre os intermediários, que atuam na compra da castanha de caju a preços baixos, reduzindo a geração de lucro dos pequenos produtores rurais; e os industriais, que compram as castanhas dos intermediários, realizam o processamento e as vendem no mercado, tendo como principal destino o mercado externo.

No município de Pacajus, região metropolitana de Fortaleza, segundo Queiroz (2019), a atividade produtiva representa o sustento de centenas de famílias da zona rural, a importância dessa atividade é tamanha que o caju acabou sendo incorporado ao nome da cidade. Porém, o mercado de castanha de caju está enfrentando uma grande crise quando se trata de agricultura familiar no município. Muitos agricultores familiares pacajuenses acabam virando reféns dos atravessadores, que atuam como intermediários na compra e venda de castanha. Impondo diversas práticas lesivas aos produtores, como na formação de cartéis, definindo um baixo preço de compra da castanha durante o período de colheita. Necessitando de sustento familiar, muitos agricultores aceitam as condições impostas, pois não conseguem transformar a castanha de caju em amêndoa ou não encontram melhores preços ofertados no mercado.

Segundo Chagas (2019), a zona rural de Pacajus foi beneficiada na década de 2000 com a construção gratuita de fábricas de beneficiamento de castanha de caju, oriundas de recursos do Projeto São José, entretanto, atualmente, nenhuma fábrica do projeto está em funcionamento na zona rural, tendo suas operações encerradas principalmente pela falta de mercado consumidor para atender sua oferta de amêndoas.

Para Silva (2019), iniciativas propostas por entidades não governamentais visam à redução das desigualdades sociais a partir da inserção de pequenos produtores no comercial global, garantindo a venda e pagamento justo a agricultores e empresas que demonstrem práticas que promovam a melhoria das condições de vida de moradores de regiões de baixa renda, como no caso do movimento de Comércio Justo (CJ). A construção de uma fábrica de beneficiamento de castanha de caju com mercado consumidor garantido pela certificação de CJ e financiamento governamental a baixo custo do Projeto São José IV (PSJ IV), poderia ser uma alternativa importante para auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades rurais cearenses.

Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: a instalação de uma fábrica de amêndoas de castanha de caju, na zona rural de Pacajus, atenderia às exigências de financiamento do Projeto São José IV e da certificação de Comércio Justo?



## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar a compatibilidade da implantação de uma fábrica de amêndoas de castanha de caju na zona rural de Pacajus com as diretrizes propostas pelo Projeto São José IV e pela certificação de Comércio Justo.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Levantar informações acerca da realidade produtiva e socioeconômica dos produtores de castanha de caju da zona rural de Pacajus
- b) Identificar aspectos relevantes para obtenção do Projeto São José IV
- c) Obter diretrizes para implementação da certificação de Comércio Justo
- d) Aplicar ferramenta Impacto Social Canvas para auxiliar no planejamento de ações para obtenção da fábrica certificada.

## **1.3 Justificativa**

Segundo o IBGE (2019), o Brasil enfrenta uma das maiores crises econômicas de sua história. O desemprego para milhões de brasileiros é uma dura e comum realidade, a taxa de desemprego no país subiu para 12,7% em março de 2019, atingindo 13,4 milhões de pessoas.

A desindustrialização avança no país, a falta de renda trouxe novamente às manchetes notícias que colocam o Brasil mais uma vez no mapa da fome, de acordo com o IBGE (2018), a pobreza atingiu, em 2017, cerca de 54,8 milhões de brasileiros, que viviam com menos de R\$ 600 mensais. O Nordeste possuía o maior percentual daqueles em situação de pobreza, 44,8%, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas.

Queiroz (2019) pondera que a seca, miséria e fome fazem parte da rotina de milhares de famílias nordestinas. Há décadas, promessas de mudança da situação, com a geração de emprego e renda partem de muitos governantes, entretanto, a realidade vista é outra, dura e cruel para muitos moradores, que se veem sem opção de mudar de vida com o fruto do seu trabalho. Além disso, a agricultura, que serve de sustento familiar, é bastante

prejudicada pelas secas e também pela falta de políticas eficazes para geração de emprego para a região, principalmente aos trabalhadores de comunidades rurais. A castanha de caju vem ajudando a mitigar a os impactos negativos da falta de oportunidades para os pequenos agricultores nordestinos, com destaque para os municípios cearenses. Entretanto, a crescente elevação dos custos de produção reduz os lucros de muitos agricultores, que não beneficiam a castanha para produção de amêndoas.

Chagas (2019) avalia que na cidade de Pacajus, região metropolitana de Fortaleza, a cajucultura possui um importante papel na economia local. Entretanto, apesar da maioria da produção de castanha ser oriunda da agricultura familiar, boa parte do lucro gerado por essa atividade não fica nas mãos dos pequenos produtores pacajuenses, e sim com os intermediários e industriais. Boa parte desse problema está ligado ao fato de que muitos produtores rurais de castanha de caju não têm condições financeiras para realizar o processamento do produto e transformá-la em amêndoa, conseguindo, desta forma, agregar valor à castanha e aumentar o lucro. Os que conseguem produzir a Amêndoa de Castanha de Caju (ACC), encontram uma grande dificuldade em conseguir mercado consumidor, e novamente, recorrem aos intermediários e industriais, que captam a maior parte dos lucros da atividade.

Silva (2019) cita que algumas iniciativas oferecidas por entidades governamentais e organizações sem fins lucrativos têm por objetivo proporcionar a inserção de pequenos produtores rurais no mercado, a partir da venda dos produtos oriundos da agricultura familiar, de forma a aumentar a geração de empregos e propiciar melhores condições de vida. Uma das iniciativas é o Projeto São José IV, que investe na construção de fábricas de beneficiamento de castanha de caju para comunidades rurais do Ceará. Outra é o Comércio Justo, que utiliza uma certificação internacional para facilitar a venda de produtos da agricultura familiar a preços justos, melhorando a qualidade de vida de trabalhadores economicamente desfavorecidos.

Ainda de acordo com Silva (2019), presidente da Copac (Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara), o Projeto São José e a certificação de Comércio Justo foram responsáveis por uma verdadeira revolução social e econômica na comunidade rural de Ocara, distante 100 km da capital cearense. O projeto permitiu a construção de uma fábrica de beneficiamento de castanha de caju que a comunidade não poderia arcar com recursos próprios, e a certificação obtida com o selo de Comércio Justo

garante venda certa para toda a produção. Antes da certificação, a empresa estava falindo, a realidade atual é de falta de produtos para atender aos compradores do segmento de mercado do Comércio Justo.

Segundo a Abepro (2019), compete à Engenharia de Produção o projeto, implantação, melhoria e manutenção de sistemas produtivos integrados, tendo a área de Engenharia de Sustentabilidade ligação com o planejamento eficiente de sistemas produtivos diversos, que se relacionam com atividades de responsabilidade social.

Assim, com base no exposto, justifica-se a importância de se verificar se a comunidade de Itaipaba apresenta compatibilidade com os critérios de obtenção do Projeto São José IV e se adequa às exigências estabelecidas pela certificação de Comércio Justo. De modo a permitir a criação de uma fábrica de produção de amêndoas de castanha de caju, que atuará no desenvolvimento social e econômico de moradores da comunidade de Itaipaba, zona rural de Pacajus, incentivando a realização de práticas comerciais sustentáveis voltadas à geração de benefícios socioeconômicos.

#### **1.4 Metodologia**

De acordo com Silva e Meneses (2005), há diversas formas de classificar as pesquisas. Podendo estas serem classificadas quanto à natureza, abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos.

Em relação a sua natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos práticos a partir da análise da compatibilidade da implantação de uma fábrica de produção de amêndoas com iniciativas ligadas ao desenvolvimento social de pequenos agricultores. Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada busca gerar conhecimentos práticos voltados à resolução de problemas específicos que envolvem problemas locais.

Quanto à forma de abordagem do problema, a presente pesquisa reúne características de pesquisa qualitativa e quantitativa. É quantitativa pois apresenta uma estrutura de coleta de dados dos produtores agrícolas com utilização numérica. De acordo com Silva e Meneses (2005), a pesquisa qualitativa, diferentemente da quantitativa, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, buscando a interpretação dos fenômenos e a atribuição de seus significados, tendo o ambiente natural como fonte direta de coleta de dados

e o pesquisador como elemento-chave. A interpretação de experiências vividas pelos produtores rurais atribui características qualitativas ao presente estudo.

Por sua vez, a presente pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que tem como objetivo conhecer a realidade socioeconômica da comunidade rural de Itaipaba e sua relação com iniciativas sociais de impacto social, como o Projeto São José IV e o Comércio Justo. Prodanov e Freitas (2013) afirmam que na pesquisa descritiva o conhecimento das situações e relações que ocorrem na vida social são obtidos sem manipulação de dados pelo pesquisador.

No desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo. A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada a partir da consulta a livros, artigos, monografias, manuais, dissertações, teses e sites da Internet, abordando prioritariamente os conceitos de agricultura familiar, Projeto São José IV, Comércio Justo e a ferramenta Impacto Canvas Social. O estudo de campo foi realizado a partir de entrevistas com produtores de castanha de Itaipaba e a aplicação da ferramenta de gestão Impacto Social Canvas, que contou com a participação de membros da associação comunitária de Itaipaba.

## **1.5 Estrutura do trabalho**

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro tem por objetivo introduzir e contextualizar o tema abordado no trabalho, delimitando a agricultura familiar, sua importância e problemas enfrentados, bem como iniciativas que promovem sustentabilidade social em comunidades à margem do comércio tradicional. São apresentados o objetivo geral e específicos pretendidos a partir da aplicação do questionário estruturado, além das justificativas e metodologia que possibilitaram o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo aborda a revisão bibliográfica, com o objetivo de fornecer embasamento teórico dos assuntos abordados e auxiliar os leitores acerca do conteúdo em análise. No que concerne à literatura utilizada, busca-se abordar a importância e situação da agricultura familiar, o papel do Projeto São José IV e da certificação de Comércio Justo no apoio a pequenos produtores rurais e o auxílio da ferramenta de gestão Impacto Social Canvas

na estruturação de iniciativas que busquem desenvolver a sustentabilidade social em comunidades rurais com a geração de empregos.

O terceiro capítulo aborda o Estudo de campo em si e detalha a aplicação do questionário e da ferramenta de gestão, realizados com os moradores da zona rural de Pacajus e integrantes da Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba (ACPCI). A apresentação de detalhes das etapas necessárias para elaboração, aplicação e análise dos resultados obtidos a partir da execução das tarefas são abordados. Também são sugeridas melhorias que facilitem a melhor adequação da comunidade, representada pela ACPCI, aos princípios estipulados pelo Projeto São José IV e Comércio Justo, baseadas nos resultados obtidos na pesquisa de campo e aplicação do Impacto Social Canvas.

São apresentadas, no quarto e último capítulo, as conclusões do trabalho e recomendações de realizações de outros estudos que busquem executar iniciativas relacionadas ao CJ e PSJ IV.

Por fim, são apresentadas as referências utilizadas no processo de desenvolvimento do trabalho.

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR E INICIATIVAS DE IMPACTO SOCIAL**

O presente capítulo apresenta a revisão bibliográfica do trabalho, que servirá como fundamentação teórica para os assuntos abordados no decorrer do estudo. Os principais conceitos utilizados são o cenário e importância da agricultura familiar no nordeste brasileiro, objetivos e diretrizes para instalação de iniciativas financiadas pelo Projeto São José IV, importância e princípios para obtenção do certificado de Comércio Justo e a aplicação do Impacto Social Canvas na elaboração de iniciativas de responsabilidade social.

### **2.1 Agricultura familiar**

De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (2019), agricultura familiar trata-se de uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da lei nº 11.326/2004. Para ser considerado agricultor familiar, o cidadão deve desenvolver práticas no meio rural que atendam aos quatro critérios específicos abaixo:

- Deter área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município).
- Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas rurais;
- Possuir renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e
- Dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A identificação da agricultura familiar, para fins de acesso às políticas públicas, se dá pela obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). De posse da DAP, o agricultor familiar comprova a sua inserção no meio rural.

#### **2.1.1 Projeto São José IV**

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA) é a responsável direta pela execução do Projeto São José IV, de acordo com a SDA (2019), o Projeto é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará em parceria com o Banco Mundial, com expectativa de investimentos da ordem de 600 milhões de reais. O Projeto consiste na realização de investimentos visando apoiar a agricultura familiar do Ceará, de forma sustentável e inovadora, além de ampliar o acesso à água e saneamento para famílias em

situação de vulnerabilidade hídrica e pretende contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas ; ampliar o acesso a serviços de água em áreas prioritárias contribuindo com as ações do estado para sua universalização; apoiar o fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do projeto.

Segundo a SDA (2019), o PSJ IV tem como público alvo agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas em comunidades rurais, sendo esses representados por suas associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, condomínios ou outros tipos de organizações legalmente constituídas. O projeto dará uma atenção especial à juventude rural. Eles serão os beneficiários prioritários para atividades de treinamento profissional, principalmente para ocupar funções na gestão de organizações comunitárias e produtoras apoiadas. O desenho da estratégia será compatível com os investimentos realizados para que os jovens sejam integrados às atividades desenvolvidas em suas comunidades e à integração com as famílias para garantir o apoio aos jovens e facilitar a sucessão familiar rural.

A SDA (2019) pondera que objetivos do projeto estão centrados na melhoria do acesso a mercados, adotando abordagens que permitam o enfrentamento dos problemas climáticos e melhorar o acesso a serviços de água e saneamento entre os beneficiários-alvo em áreas rurais. As atividades do projeto estão divididas em três componentes, descritos a seguir;

- **Inclusão Econômica Sustentável**

O objetivo do componente é melhorar o acesso dos produtores da agricultura familiar, incluindo grupos vulneráveis prioritários e jovens a mercados dinâmicos e possibilitar uma fonte sustentável de renda. O acesso ao mercado será incentivado por meio da identificação de mercados privados e públicos e da formulação e implementação de planos de negócios.

Através de suas próprias organizações, os produtores terão a possibilidade de mitigar o impacto do tamanho de pequenas propriedades agrícolas) adotando novas tecnologias e aumentando sua competitividade, melhorando a qualidade, quantidade e rastreabilidade do produto, conforme exigido pelas cadeias de valor de alto nível. Além disso, dada a variabilidade climática e a escassez de água, será dada uma atenção especial ao aumento da capacidade de gerenciar impactos potenciais da mudança climática, promovendo

tecnologias e práticas de manejo agrícola e de recursos que demonstraram os maiores efeitos sobre a adequação agrícola e efetividade em áreas rurais semiáridas e estão bem adaptadas às condições agroclimáticas do Estado.

Em relação ao fortalecimento das organizações para o aumento do acesso a mercados, o projeto dará especial atenção para organizações de produtores rurais. Partindo do princípio de que a obtenção do projeto proporcionará a inclusão social e produtiva de grupos vulneráveis, a exemplo de pequenos agricultores familiares do Ceará, de forma a permitir um acréscimo em sua renda, sendo responsável pelo aumento da segurança alimentar da comunidade;

- **Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

O objetivo deste componente é apoiar os esforços do Estado para universalização do acesso a serviços de água, investindo na prestação de serviços sustentáveis em comunidades rurais priorizadas. Os serviços de água incluirão investimentos em infraestrutura em fornecimento de água para consumo humano a comunidades; saneamento rural no local para comunidades apoiadas com intervenções de água; reutilização de água cinzenta e de efluentes dos processos de dessalinização para produção agrícola e proteção ou recuperação de fontes de água. De tal forma que os investimentos serão priorizados buscando a melhoria da segurança hídrica da comunidade rural, ajudando os moradores a enfrentar os problemas da falta de água devido a constantes períodos de estiagem;

- **Fortalecimento institucional e gerenciamento de projetos**

O objetivo do componente é fortalecer a capacidade organizacional, gerencial, de conhecimento e operacional das principais instituições implementadoras, bem como a gerência e supervisão geral do projeto. O Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), será responsável pela implementação do Projeto, por meio de sua Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP). Para o apoio à implementação do projeto, a SDA / UGP contará com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE). A SDA / UGP também fará parceria com várias instituições do Estado, como EMATERCE, CAGECE e SOHIDRA para implementação de projetos e monitoramento e avaliação por meio de acordos de cooperação para formalizar responsabilidades em relação às ações do projeto. As organizações produtoras e comunitárias serão responsáveis pela implementação das propostas de investimento selecionadas, com o apoio e supervisão do SDA / UGP.



## 2.2 Conceito e importância do Comércio Justo

De acordo com a Fairtrade Intercional (2018), as vendas de produtos certificados pelo selo de Comércio Justo (CJ), também conhecido como Fair Trade, movimentaram aproximadamente 8,49 bilhões de euros ao redor do mundo em 2017. Valor distante do praticado pelo comércio tradicional, mas que mostra a força global de uma iniciativa que vem mudando a vida de milhares de pessoas pelo mundo com uma nova proposta de comércio.

Segundo Bossle (2011), a proposta de comércio alternativa estabelecida na iniciativa de CJ está diretamente relacionada com a preocupação da origem e fabricação dos produtos, buscando oferecer ao consumidor final uma garantia de que o produto comprado foi obtido de forma a maximizar o valor do trabalho empregado nos processos produtivos, principalmente os trabalhos iniciais da cadeia de produção, executados por trabalhadores de países subdesenvolvidos. Tendo como principais itens comercializados ligados ao setor alimentício, como café, banana, mel, cacau; também há produtos relacionados ao setor de vestuário, como algodão e itens de artesanato.

O Quadro 1 apresenta o volume de vendas movimentado internacionalmente na comercialização de produtos certificados com o selo de Comércio Justo. O destaque fica por conta dos países mais ricos e a forte presença europeia nessa modalidade de comércio.

Quadro 1- Vendas em 2017 de produtos com a certificação de Comércio Justo

Country	2017 (in €)
Australia/New Zealand	226,040,305
Austria	304,000,000
Belgium	146,000,000
Brazil	10,539,685
Canada	296,557,255
Czech Republic/Slovakia	25,659,253
Denmark	134,317,800
Finland	233,532,569
France	561,000,000
Germany	1,329,345,276
Hong Kong	4,563,458
India	2,764,715
Ireland	342,000,000
Italy	130,032,000
Japan	93,687,248
Korea	30,478,322
Luxembourg	13,500,000
Netherlands	290,383,920
Norway	120,795,621
Philippines	212,789
Poland	22,491,011
Spain/Portugal	35,243,798
Sweden	394,375,476
Switzerland	630,583,295
Taiwan	7,377,960
UK	2,013,662,284
USA	994,122,992
Rest of world	96,287,099

Fonte: Fairtrade Internacional (2019)

A World Fair Trade Organization, organização sem fins lucrativos que representa o movimento de CJ globalmente, atesta a importância da iniciativa, segundo a WFTO (2019) o movimento de CJ é baseado em modelos de produção e comercialização que priorizam as pessoas e o planeta antes do lucro financeiro, buscando envolver mundialmente os cidadãos, comprovando que as práticas de CJ não são caridades, mas sim uma maneira alternativa de praticar comércio, beneficiando todos os agentes envolvidos e reduzindo as desigualdades mundiais. As origens do CJ estão ligadas a compra, na década de 1940, nos EUA, de produtos originários de comunidades pobres de Porto Rico. Em 2018, mais de 2,5 milhões de pequenos agricultores de mais de 70 países são beneficiados pela iniciativa.

Para Barros (2018), o conceito de Comércio Justo ou Fair Trade relaciona-se a práticas comerciais que visem a proporcionar uma nova maneira de se fazer comércio, onde os lucros sejam divididos de maneira satisfatória a todos os envolvidos na cadeia de produção, priorizando os elos mais frágeis, na maioria das vezes, os pequenos produtores.

Segundo a WFTO (2019), a importância da iniciativa alternativa de comércio para a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores marginalizados, a partir da geração de renda com propostas comerciais sustentáveis, de forma a caracterizá-la como:

O Comércio Justo é uma parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições comerciais e garantindo os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente nos países subdesenvolvidos. (WFTO,2019,p.1)

Segundo Bossle (2011), a iniciativa de CJ surge como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável, com a realização de parcerias baseadas em diálogo, transparência e respeito que procura maior equidade no comércio internacional, buscando reduzir as desigualdades sociais ao oferecer melhores condições comerciais, gerando emprego e renda.

A fim de garantir o desenvolvimento de comunidades marginalizadas, localizadas na maioria das vezes em países com baixos indicadores socioeconômicos, como aqueles sediados no continente africano e na América Latina, Barros (2018) destaca que ao visualizar toda a cadeia produtiva, de forma a permitir que todos os atores participantes sejam beneficiados, o CJ constrói um sistema de cadeia de valor eficiente, no qual a integração das parcerias entre os envolvidos nas trocas comerciais é fundamental para a melhoria das condições sociais, impactando na geração de efeitos positivos na vida dos produtores rurais, a

partir da possibilidade de garantia da venda segura e justa de produtos que, em condições habituais do mercado tradicional, dificilmente seriam valorizados como são com o uso da certificação.

Segundo Laforga (2005), as desigualdades enfrentadas por grandes parcelas da sociedade devido ao desigual crescimento econômico característico da economia mundial serviram de impulso para a criação de uma rede de entidades que objetivam reduzir essas desigualdades por meio de ações que privilegiem um desenvolvimento sustentável para os participantes de toda a cadeia produtiva e meio ambiente.

Laforga (2005) reforça que a expansão do comércio mundial nas últimas décadas tem sido um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida na maioria dos países, entretanto, esse aumento de práticas comerciais experimentado não se dá de maneira justa e igualitária. Os países desenvolvidos, que apresentam os melhores indicadores de renda e expectativa de vida, são privilegiados em relação aos menos desenvolvidos

Nesse contexto de desigualdade econômica, Bossle (2011) pondera que a iniciativa de CJ ajuda na promoção do acesso dos pequenos agricultores ao mercado, assim, o crescimento da iniciativa é fundamental para garantia da compra de produtos oriundo de famílias produtoras marginalizadas, que com o fruto do seu trabalho, podem garantir uma vida digna e projetar a construção de um futuro melhor.

Um exemplo atual que retrata a situação de disparidade econômica no cenário mundial acontece no continente americano, de acordo o El Pais (2019), os EUA apresentaram o menor índice de desemprego dos últimos 50 anos, enquanto que o Brasil, no mesmo ano de 2019, ainda enfrenta uma das maiores crises de desemprego de sua história, com milhões de desempregados e perspectivas não animadoras no curto prazo.

Diante do cenário mundial de crescimento desigual entre economias do planeta, Pedrosa (2014) destaca que a iniciativa proposta pelo Comércio Justo surge como importante ferramenta para redução das desigualdades sociais e melhoria dos indicadores socioeconômicos de trabalhadores de países subdesenvolvidos.

Para a Fairtrade International (2019), a missão do CJ é conectar consumidores a produtores desfavorecidos, promovendo condições comerciais mais justas a fim de combater a pobreza e permitir uma melhor qualidade de vida aos produtores. A visão de CJ está ligada a

um mundo em que todos os produtores possam desfrutar de meios de subsistência seguros e que garantam o sustento de sua família com o produto do seu trabalho, de forma a reduzir o impacto das desigualdades geradas pelas práticas desiguais da economia tradicional.

Laforga (2005) cita que há cada vez mais um sentimento de consciência e sensibilidade dos clientes em relação às condições sociais e ecológicas sob as quais os produtos passam até chegar ao consumidor final. Dessa forma, sob o risco de sofrer uma queda nas vendas devido a uma imagem negativa, muitas empresas recorrem a iniciativas que atestem condições sociais e ambientais satisfatórias na cadeia de produção dos produtos.

Nesse contexto de preocupação, Bossle (2011) pondera que a utilização da certificação de Comércio Justo vem crescendo em um cenário de consumidores que estão cada vez mais atentos com as condições sociais dos atores envolvidos na cadeia produtiva dos produtos consumidos, assim muitas empresas, como forma de atender as necessidades dos seus clientes, utilizam a certificação de CJ para atestar boas condições na fabricação dos produtos vendidos.

De acordo com a Fairtrade International (2018), a principal maneira de reconhecimento da garantia de que os produtos foram produzidos com base nos princípios estabelecidos pelo movimento de Comércio Justo está na visualização do selo de certificação, a Figura 1 apresenta alguns exemplos das certificações de CJ utilizadas:

Figura 1- Exemplos de selos de certificação de Comércio Justo



Fonte: Fairtrade International (2019, p.1)

De acordo com dados divulgados pela Fairtrade International (2018), o Reino Unido foi destaque no comércio de produtos certificados em 2017, ocupando a liderança global do ranking de vendas de produtos com da iniciativa. Com faturamento de aproximadamente 2 bilhões de euros. Para atrair clientes e ajudar pequenos produtores de

cacau, a multinacional Nestlé comercializa produtos com a certificação de CJ, um dos chocolates mais famosos da marca é um exemplo representado na Figura 2.

Figura 2 – KitKat comercializado no Reino Unido



Fonte: Thefairtradestore (2019, p.1)

Com vistas a incentivar o comércio de produtos certificados, segundo relatório divulgado pela Fairtrade International (2018), a famosa marca de sorvetes Ben & Jerry's investe na produção e comercialização de produtos que incentivem práticas de CJ, um exemplo é o sorvete vendido nas lojas norte-americanas que utiliza cacau de pequenos produtores certificados. Os EUA comercializaram cerca de 1 bilhão de euros em produtos certificados no ano de 2017, ocupando o segundo lugar no ranking global de vendas, representado pela Figura 3.

Figura 3 - Sorvete da Ben & Jerry's comercializado nos EUA



Fonte: Amazon.com (2019, p.1)

A figura 4 ilustra a amêndoa de castanha de caju cearense, produzida no assentamento rural da comunidade Che Guevara, em Ocara, distante 100 quilômetros da capital Fortaleza, as amêndoas são vendidas na Itália, pela Cooperativa Chico Mendes

Figura 4- Amêndoa de castanha de caju comercializada na Itália



Fo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

### 2.3 Instituições de Comércio Justo

A rede de organizacional participante do Comércio Justo engloba diferentes entidades que tem por objetivo principal proporcionar o crescimento das práticas comerciais saudáveis de comércio, Pedrosa (2014) cita algumas delas;

a) Produtores: responsáveis pela elaboração dos produtos de acordo com os critérios exigidos pelo CJ, estão localizados na maioria dos países do hemisfério sul, como países africanos, asiáticos e sulamericanos;

b) Organizações de produtores: cooperativas, associações de produtores, sindicatos de trabalhadores que representam os interesses de seus associados nas negociações nas negociações no interior do movimento do Comércio Justo e nas relações interinstitucionais com outros agentes e instituições;

c) Consumidores: responsáveis vitais para o sucesso da iniciativa de CJ, pois escolhem consumir os produtos certificados, aumentando a importância do selo e beneficiando diretamente os produtores marginalizados. A maioria está localizada no hemisfério norte, principalmente nos EUA, Reino Unido e Alemanha;

d) Importadoras do Comércio Justo: entidades que compram dos produtores certificados e distribuem os produtos em lojas e distribuidoras.

e) Pontos de venda: lojas que realizam as vendas dos produtos certificados ao consumidor final.

f) Organismos internacionais: entidades independentes que se organizam de forma não hierárquica a fim de colaborar com as práticas de Comércio Justo, atualizando diretrizes para certificação, integrando redes de fornecedores, clientes e Governo para disseminar as práticas de Comércio Justo ao redor do mundo, são exemplos: FLO (Fairtrade Labelling Organizations International), WFTO (World Fair Trade Organization), EFTA (European Fair Trade Association) e FTF (Fair Trade Federation);

g) Entidades certificadoras: empresas que atuam no processo de certificação para obtenção do selo de acordo com as exigências requisitadas pelos organismos internacionais.

De acordo com dados divulgados pela Fairtrade Internacional (2019), há cerca de 134 organizações na Europa e 8 nos EUA e Canadá que operam com a compra e venda de amêndoas certificadas pelo selo de Comércio Justo, estando as de castanha de caju presentes na maioria das negociações no ano de 2019. No Brasil há cerca de 75 organizações certificadas, entre cooperativas e associações de produtores, que trabalham principalmente com alimentos como café, bananas, mel, castanhas do Pará e de caju. A Cocajupi (Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí) e a Copacaju (Cooperativa Agroindustrial Do Caju) são exemplos de entidades certificadas que operam com a certificação de CJ.

Segundo Silva (2019), a situação atual enfrentada pela Copacaju é de falta de matéria prima certificada para produção de amêndoas para o CJ, pois a produção não é suficiente para atender a demanda da empresa italiana que adquire toda a produção de amêndoas de castanha de caju certificada.

## **2.4 Princípios do Comércio Justo**

De acordo com a WFTO (2019), a iniciativa emprega uma abordagem ampla, de forma a favorecer todos os participantes da cadeia produtiva e de comercialização. Na origem da produção, onde há a presença dos pequenos produtores familiares, muitas vezes em condições de vida precárias, deve haver um maior grau de atenção, devendo ser ofertado um tratamento diferenciado em relação às práticas tradicionais de comércio, como acontece no adiantamento de metade do valor das transações econômicas. Se no mercado formal têm que enfrentar uma pressão cada vez maior pela redução de preços, que na maioria das vezes não conseguem cobrir seus custos e proporcionar uma renda digna, na abordagem alternativa proposta, eles serão privilegiados de diversas formas, entre elas no pagamento de um valor justo pelo fruto

do seu trabalho, valor acertado democraticamente com os compradores certificados e que servirá para a garantia de uma melhor qualidade de vida.

Para a Fairtrade International (2018), os compradores de produtos certificados serão beneficiados na forma de adquirir mercadorias de origem confiável, com respeito ao meio ambiente e sem adoção de práticas ilegais como trabalho escravo e infantil. Dessa forma, poderão fornecer aos seus clientes produtos que valorizam práticas saudáveis de comércio, cada vez mais importantes para a decisão de consumo de milhares de consumidores.

Para WFTO (2019), 10 grandes princípios norteiam essa iniciativa, são eles;

a) Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica:

A redução da pobreza a partir de transações de comércio constitui uma parte fundamental dos objetivos da organização. As organizações envolvidas devem apoiar pequenos produtores marginalizados, sejam eles empresas familiares independentes ou agrupados em entidades representativas, como associações ou cooperativas, buscando capacitá-los para permitir que saiam da condição de insegurança de renda para a autossuficiência econômica, de forma a garantir uma vida digna. O conceito de pequeno produtor está ligado ao tamanho e predominância do uso de mão de obra familiar na propriedade, no Brasil, a DAP serve como documento que atesta a condição de pequeno produtor familiar;

b) Responsabilização Social e Transparência:

As organizações certificadas devem ser transparentes em suas relações comerciais e de gestão, devendo ser responsáveis perante todas as partes interessadas e respeitar a sensibilidade e a confidencialidade das informações comerciais fornecidas. Buscando maneiras participativas e apropriadas para envolver funcionários, membros e produtores em seus processos de tomada de decisão. Garantindo que informações relevantes sejam fornecidas a todos os seus parceiros comerciais, com a utilização de canais de comunicação ser bons e abertos, permitindo a participação em todos os níveis da cadeia de suprimentos;

c) Práticas de Comércio Justo

A comercialização de produtos certificados deve ser feita com preocupação em relação ao bem-estar social, econômico e ambiental de pequenos produtores marginalizados, e



não maximizando o lucro às suas custas. Deve-se buscar a execução responsável e profissional dos compromissos entre os agentes envolvidos.

Os fornecedores devem respeitar os contratos e entregar os produtos no prazo e com a qualidade e especificações desejadas. Os compradores do Comércio Justo, reconhecendo as dificuldades financeiras enfrentadas pelos produtores e fornecedores de produtos, devem garantir que os pedidos sejam pagos no recebimento de documentos ou conforme formalizado em acordo. Para produtos alimentícios, o adiantamento de pelo menos 50% deverá ser feito caso haja solicitação.

Quando os fornecedores recebem um adiantamento dos compradores, eles devem garantir que os valores sejam repassados aos produtores ou agricultores que produziram seus produtos certificados. Os compradores devem consultar os fornecedores antes de cancelar ou rejeitar pedidos. Caso haja o cancelamento sem a culpa dos produtores ou fornecedores, deverá haver uma compensação financeira de forma a mitigar os impactos negativos sobre o trabalho já realizado.

Os fornecedores e produtores devem consultar os compradores se houver um problema com a entrega, e garantir que a compensação seja fornecida quando as quantidades entregues e as qualidades não corresponderem às faturadas. As organizações devem manter relacionamentos de longo prazo baseados na solidariedade, confiança e respeito mútuo, que contribuam para a promoção e crescimento do Comércio Justo. As partes envolvidas em uma transação de CJ devem buscar aumentar o volume do comércio entre elas e o valor e a diversidade de sua oferta de produtos como meio de aumentar a participação dos produtores. Os agentes envolvidos devem trabalhar cooperativamente com as outras Organizações de Comércio Justo no país e evita a concorrência desleal, como duplicar os designs de padrões de outras organizações sem permissão;

#### d) Pagamento e Preço Justo

Um pagamento justo é aquele que foi mutuamente negociado e acordado por todos através de diálogo e participação contínuos, que propiciam aos produtores e compradores condições sustentáveis de negócios. É fundamental levar em conta o princípio de pagamento igual para trabalho igual por mulheres e homens.

O objetivo é sempre o pagamento de um salário suficiente para a vida digna na comunidade. Um preço justo deve ser livremente negociado através do diálogo entre o

comprador e o vendedor e é baseado na definição de preço transparente. Incluindo um salário justo e um lucro justo. Os preços justos representam uma parte equitativa do preço final para cada participante da cadeia de fornecimento.

Um salário justo é um salário equitativo, livremente negociado e mutuamente acordado, e pressupõe o pagamento de pelo menos um salário condizente com a situação da comunidade local. Um salário de vida local é a remuneração recebida por uma semana de trabalho padrão, não podendo exceder 48 horas, por um trabalhador em uma determinada região, suficiente para proporcionar um padrão de vida decente para ele e sua família. Elementos de um padrão de vida decente incluem alimentação, água, moradia, educação, saúde, transporte, vestuário e outras necessidades essenciais, incluindo a provisão de eventos inesperados;

e) Garantia que não haja trabalho infantil e trabalho forçado

As organizações devem aderir à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e à lei nacional ou local sobre o emprego de crianças. Garantindo que não haja trabalho forçado em sua força de trabalho. Qualquer envolvimento de crianças na produção de produtos do Comércio Justo deve ser sempre divulgado e monitorado e não afetar negativamente o bem-estar, a segurança, os requisitos educacionais e a necessidade de brincar delas;

f) Compromisso com a não discriminação, equidade de gênero e melhoria da condição econômica das mulheres e liberdade de associação:

As organizações não podem discriminar na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, rescisão ou aposentadoria com base em raça, casta, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, filiação a sindicatos, filiação política, doenças de HIV / AIDS ou idade.

Devendo possuir uma política e um plano claros para promoção da igualdade de gêneros, garantindo que as mulheres, assim como os homens, tenham acesso aos recursos de que necessitam para serem produtivos e também a capacidade de influenciar o ambiente político, regulatório e institucional mais amplo, de forma a moldar seus meios de subsistência e vidas.

Quando as mulheres forem empregadas dentro da organização, mesmo quando se tratar de uma situação informal de emprego, elas devem receber pagamento igual para o mesmo tipo de trabalho desempenhado por outros funcionários. A organização deve reconhecer os direitos de pleno emprego das mulheres e está empenhada em garantir que as

mulheres recebam todos os seus benefícios estatutários, levando em consideração as necessidades especiais de saúde e segurança das grávidas e mães que amamentam, também atuando de forma a respeitar o direito de todos os funcionários de criar e ingressar em sindicatos de sua escolha e de negociar coletivamente;

g) Garantia de boas condições de trabalho

A organização deve oferecer um ambiente de trabalho seguro e saudável para os funcionários. Atendendo, no mínimo, às leis nacionais e locais e às convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre saúde e segurança. As horas e condições de trabalho para funcionários ou membros e quaisquer trabalhadores a domicílio têm de cumprir as condições estabelecidas pelas leis nacionais e locais e pelas convenções da OIT. Organizações de Comércio Justo devem estar cientes das condições de saúde e segurança nos grupos de produtores que compram. Buscando, constantemente, aumentar a conscientização sobre questões de saúde e segurança e melhorar as práticas de saúde e segurança em grupos de produtores;

h) Proporcionar capacitação

A organização deve procurar aumentar os impactos positivos de desenvolvimento para pequenos produtores marginalizados através do Comércio Justo. Desenvolvendo as habilidades e capacidades de seus próprios funcionários. Empresas que trabalham diretamente com pequenos produtores devem desenvolver atividades específicas para ajuda-los a melhorar suas habilidades de gerenciamento, capacidade de produção e acesso a mercados;

i) Promover o Comércio Justo

Os agentes envolvidos na iniciativa devem promover a conscientização acerca dos objetivos do Comércio Justo e da necessidade de maior justiça no comércio mundial por meio desse projeto. Defendendo os objetivos e atividades do CJ, de acordo com o escopo da organização, fornecendo aos seus clientes informações sobre si, os produtos comercializados e as organizações de produtores ou membros que produzem ou colhem os produtos;

j) Respeito ao Meio Ambiente

Entidades produtoras devem maximizar o uso de matérias-primas de origem sustentável, comprando localmente quando possível. Utilizar técnicas produtivas que reduzam o consumo de energia e, quando possível, usar tecnologias de energia renovável que minimizem as emissões de gases de efeito estufa, buscando minimizar o impacto de seu fluxo de resíduos no meio ambiente.

Os produtores de commodities agrícolas devem minimizar seus impactos ambientais com o emprego o uso de pesticidas orgânicos ou com baixo uso de pesticidas, sempre que possível. Compradores e importadores de produtos darão prioridade a compras feitas a partir de matérias-primas provenientes de fontes manejadas de forma sustentável. Todas as organizações devem buscar utilizar materiais reciclados ou facilmente biodegradáveis para embalagem, além de utilizar o transporte marítimo, sempre que possível.

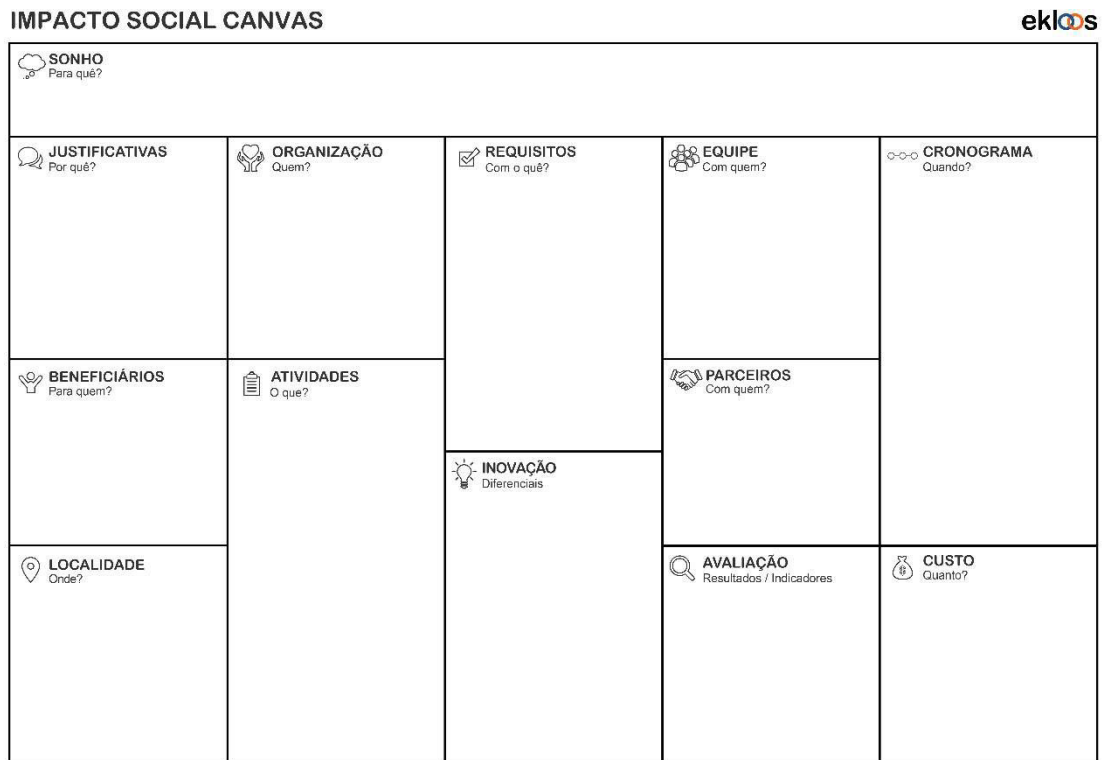
## **2.5 Canvas aplicado a projetos sociais**

Osterwalder (2009) desenvolveu uma ferramenta de gestão visual denominada de Canvas, cujo conceito está ligado à descrição e ao pensamento do modelo de negócios de uma organização, servindo como esquema para as estratégias organizacionais serem implementadas através das estruturas organizacionais e sistemas. Popularmente conhecida como Quadro Canvas, a ferramenta é composta de nove componentes e foi adaptada a diversos tipos de negócio, incluindo os projetos de desenvolvimento social.

Nesse segmento, o modelo original ganhou uma série de modificações com o objetivo de facilitar sua aplicação a peculiaridades dessa área. Ekloos (2018) desenvolveu uma ferramenta baseada no modelo Canvas, que promove o desenvolvimento e inovação de projetos sociais, adaptou o quadro para a criação de uma ferramenta denominada de Impacto Social Canvas, voltada ao apoio na estruturação de projetos de cunho social, com orientação voltada a empreendedores sociais.

Está ilustrada pelo Quadro 2 a ferramenta desenvolvida para gerenciamento de negócios sociais:

Quadro 2- Representação da ferramenta Impacto Social Canvas



Fonte: Instituto Ekloss (2019, p.1)

De acordo com Ekloos (2019), a ferramenta Impacto Social Canvas já foi utilizada em mais de 100 empresas, sendo importante para reconhecimento da situação organização, servindo como base para aplicação de outras metodologias de projeto, como é o caso dos planos de negócios elaborados a partir do desenho inicial do quadro canvas social. Os componentes do quadro e sua metodologia de preenchimento são;

a) Sonho – Para quê?

O Impacto Social Canvas é uma metodologia que visa apoiar o gestor na realização do seu sonho de mudança social. Dessa forma, o início do processo de reflexão e preenchimento do quadro deve ser dedicado a explorar o sonho do gestor quando da criação da instituição.

Algumas perguntas podem auxiliar o processo, são elas: O que o motivou a começar a organização? Quais eram os seus anseios à época? Para que a organização existe? O sonho é como a missão da organização, a sua razão de ser, aquilo que vai guiar os seus passos. As organizações executam seus projetos a fim de alcançar os seus sonhos. A aplicação

da ferramenta possibilita que os projetos sejam detalhados e estruturados e, assim, que sonhos planejados sejam realizados;

b) Justificativa – Por quê?

Nesse quadrante, o cenário atual deve ser explorado, o contexto onde a organização está inserida e que justifica a execução do projeto. Os problemas e demandas da localidade onde a organização atua e que justificam suas ações. Devem ser descritas as questões sociais com as quais o projeto irá lidar, apresentando os antecedentes do problema, suas causas e a situação atual. É fundamental que sejam levantadas as características socioeconômicas e culturais da área, seus problemas, causas e as oportunidades.

O projeto deve ser realizado para resolver os problemas listados na justificativa. Por isso, quanto mais concreta e próxima da realidade a justificativa do projeto, mais fácil será a posterior medição de impacto. As justificativas devem estar relacionadas aos beneficiários, que serão o público alvo do projeto. Geralmente existem muitos problemas na localidade, mas aqui deve-se preocupar em relacionar apenas os que estão diretamente ligados ao projeto;

c) Beneficiários - Para quem?

Os beneficiários são todos os atendidos diretamente pelas atividades do projeto. As pessoas para quem o projeto se destina. É importante informar as características dos atendidos: faixa etária, escolaridade, etnia, deficiência física, entre outras. Quanto melhor os beneficiários forem definidos e conhecidos, melhor os projetos poderão atender às suas demandas;

d) Localidade - Onde?

Deve ser informada e descrita a região onde o projeto será executado. Se for realizado em múltiplas localidades, atentar se existem demandas diferentes em cada região. Caso existam, o projeto precisa considerar estas diferenças;

e) Organização – Quem?

Neste quadrante, deve-se explicar a organização responsável pela execução do projeto. É importante levantar pontos relevantes da história da organização que transmitam credibilidade para a execução como a data de fundação, perfil dos fundadores, experiências mais significativas protagonizadas pela organização e prêmios e reconhecimentos.

É muito importante que o tema do projeto a ser executado seja de conhecimento dos líderes da organização, pois isso confere credibilidade. Assim, o gestor deve procurar realizar projetos que estejam relacionados com a sua experiência profissional ou de vida;

f) Atividades – Como?

Deve ser explicado no que consiste o projeto, como ele será realizado e quais atividades ele se propõe a oferecer. Os post-its devem conter as atividades do projeto, que atividades serão realizadas, aulas, espetáculos, etc. Para cada atividade, explicar como ela acontecerá e quais são os seus diferenciais. O projeto deve apresentar uma metodologia e as atividades a serem executadas de forma concatenadas por ela.

g) Inovação

Nesse quadrante, devem ser apontados os diferenciais do projeto frente aos demais projetos semelhantes. Caso seja um projeto inovador, a inovação deve ser destacada. Se não for possível listar itens de inovação ou diferenciação, o ideal é que se retorne ao quadrante de atividades, procurando-se criar atividades diferenciadas. A inovação não está restrita ao campo das novas tecnologias, ela também pode se dar através da utilização de novas metodologias, ou de novas formas de execução.

h) Requisitos – Com o quê?

As atividades a serem realizadas no projeto necessitam de materiais específicos para a sua execução. Neste quadrante, deve-se levantar as condições e materiais necessários. Esse levantamento serve como base para a realização do orçamento, mais à frente. Todos os requisitos devem ser considerados, inclusive licenças necessárias para a execução do projeto.

i) Equipe – Com quem?

Neste momento, devem ser especificados os profissionais responsáveis pela execução, aqueles que farão parte da equipe do projeto. É fundamental que neste quadrante se levante as pessoas que desempenharão as funções necessárias à execução do projeto. A equipe deve ser representada segundo seus cargos e funções, não por nomes.

j) Parceiros – Com quem?

Deve-se especificar com quais instituições a organização tem parceria e de quais recebe apoio. Esta etapa complementa a anterior, porque alguns parceiros podem ser fundamentais para a execução. Como se está estruturando um projeto, é importante ter em

mente que as parcerias devem ter relação direta com o projeto em si. Outros financiadores do projeto não devem ser considerados como parceiros neste momento, apenas aquelas instituições que, junto com a sua organização, irão fazer a diferença no projeto.

#### k) Avaliação - Resultados/ Indicadores

Para que se possa medir o impacto gerado pelo projeto, é necessário definir os resultados esperados do mesmo, os indicadores que serão utilizados para avaliar se as ações estão ocorrendo conforme o planejado, se estão sendo realizadas de forma satisfatória e quais os efeitos sobre a comunidade.

O projeto deve ser avaliado durante sua execução, fornecendo informações sobre os resultados parciais e ao seu término, apontando o resultado final. Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos. Indicador quantitativo: atender 50 beneficiários. Verificação: Fichas de inscrição/participação; Qualitativo: Aumento da autoestima dos funcionários, meio de verificação: depoimentos. Realizar a medição de um projeto não é uma tarefa simples e possui um custo envolvido, entretanto, é muito importante para comprovar a relevância do projeto. Dessa forma, é fundamental ter cautela na definição dos indicadores, pois eles deverão ser comprovados.

#### l) Cronograma – Quando?

É fundamental esquematizar o desenvolvimento do projeto, elaborando-se um cronograma de atividades e definindo-se o prazo para execução de cada uma das ações planejadas. Por mais que o cronograma tenha que ser constantemente revisitado, este esboço inicial é necessário para que se tenha uma visão geral do projeto. Este também precisa ter uma sequência lógica de execução. Ao fazer o cronograma, deve-se identificar atividades que não foram previstas e que precisam ser incluídas.

#### m) Custo – Quanto?

Para que o projeto seja executado com sucesso, é necessário orçar os recursos necessários. Aqui, todos os custos devem ser considerados, mesmo que depois seja necessário realizar algumas adaptações para apresentação a possíveis financiadores. Também é importante dividir o valor total do projeto pelo número de beneficiários, pois esta métrica irá mostrar se o projeto está apresentando um custo por beneficiário muito elevado. Caso isso ocorra, é necessário realizar uma revisão de execução ou de orçamento.



É importante comparar o valor por beneficiário com outras ações que poderiam ser realizadas alternativamente, com o mesmo custo. Por exemplo: o valor de uma exibição de um cineclube por criança não pode ser superior ao custo de se levar a criança para assistir a um filme no cinema. Estes parâmetros podem ajudar em uma autocrítica sobre o projeto. É necessário se ter em mente que, neste momento, não se está elaborando o orçamento da organização, servindo como forma geral de visualização dos possíveis custos necessários à realização do empreendimento.

### **3 ESTUDO DE CAMPO**

Este capítulo possui o objetivo de apresentar o cenário da agricultura na zona rural de Pacajus. Em seguida serão apresentados os requisitos para elaboração do questionário e a criação do mesmo, que se caracteriza como um dos objetivos do trabalho. A seguir, serão expostos os resultados obtidos na pesquisa, então será aplicada a ferramenta Impacto Social Canvas a partir dos dados obtidos. Será feita uma análise de compatibilidade da realidade vivida pela comunidade a partir dos questionários e do quadro Canvas com os critérios exigidos pelo Projeto São José IV e certificação de Comércio Justo. Por fim, serão fornecidas sugestões de melhoria a fim de facilitar o alcance dos projetos objetivados pela comunidade de Itaipaba.

#### **3.1 Agricultura na zona rural de Pacajus**

De acordo com Queiroz (2019), a agricultura familiar no município de Pacajus é composta em sua maioria pela produção de alimentos para consumo próprio, a exemplo do feijão, milho e mandioca. Uma exceção é a produção de castanha de caju, que tem a maioria de sua venda voltada ao comércio local. A castanha de caju é o insumo utilizado para a produção de amêndoa de castanha de caju, este produto apresenta um elevado valor de mercado, sendo comum a venda do quilograma da amêndoa por valores próximos a 80 reais em supermercados de Fortaleza. A economia da região é altamente impactada pelo comércio e beneficiamento da castanha de caju. Entretanto, boa parte dos lucros provenientes dessa atividade, na maioria das vezes, não pertencem aos agricultores familiares produtores de castanha.

Segundo Queiroz (2019), o mercado de castanhas de caju pacajuense, não diferente de outras partes do nordeste brasileiro, é dominado por intermediários, que realizam a compra da castanha de caju dos agricultores e a vendem aos produtores industriais, que a transformam em amêndoa. A prática de controle de preços durante a safra da castanha pelos intermediários, que se inicia em setembro e vai até dezembro, é comum na região. Os preços de compra da castanha ofertados pelos intermediários variam de dois a três reais pelo quilograma da castanha.

Para Chagas (2019), muitos agricultores, apesar de não concordarem com os preços praticados, encontram-se diante de poucas opções: procurar uma melhor oferta de preço com outros intermediários, fato que dificilmente ocorre, pois há indícios de prática de cartel pelos principais atravessadores da região; armazenar o produto para vendê-lo a um

preço maior após a safra, ação dificultada pela necessidade de capital proveniente da venda da castanha, importante para garantia do sustento familiar; beneficiar a castanha, transformando-a em amêndoa, ato prejudicado pela falta de capital para criação de fábricas de beneficiamento e pela dificuldade de venda do produto em supermercados, distanciando o produtor do mercado consumidor.

A demanda por castanha de caju é grande, Silva (2019) afirma que os agricultores pacajuenses e das regiões vizinhas que produzem castanha de caju não têm problemas para realizar a venda do produto, entretanto, o valor recebido está reduzindo cada vez mais a margem de lucro de quem produz, e privilegiando quem realiza o processo de intermediação.

Para Queiroz (2019), outro problema enfrentado na cajucultura pacajuense é a presença majoritária de cajueiros antigos, conhecidos popularmente como cajueiros gigantes, que têm cerca de 40 anos e uma produtividade baixa se comparada aos novos tipos de cajueiros desenvolvidos pela Embrapa, conhecidos como cajueiros precoces ou anões. Os antigos cajueiros apresentam uma produtividade inferior aos novos modelos, porém, a falta de capital para realizar a substituição inviabiliza a realização das trocas, impedindo um aumento de produtividade.

De acordo com Chagas (2019), há, no município de Pacajus, associações e cooperativas criadas a fim de melhorar as relações produtivas dos agricultores da cidade, como é o caso da Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba (ACPCI) e outras associações localizadas na zona rural. Essas entidades foram beneficiadas no início dos anos 2000 com fábricas para o beneficiamento de castanha, entretanto, atualmente nenhuma delas está operando na produção de amêndoas; a principal razão para o encerramento das atividades foi a falta de mercado consumidor para a ACC, impossibilitando a continuidade das operações.

Dessa forma, Queiroz (2019) defende que a falta de iniciativas que alterem o cenário atual impossibilita a perspectiva de melhoria da vida de agricultores familiares de Pacajus num curto prazo, por isso, muitos produtores ficam reféns dos intermediários, que praticam um preço de compra baixo, o que vem tornando a produção de castanha de caju inviável para dezenas de agricultores, pois os preços praticados são incapazes de garantir uma renda suficiente para as dezenas de famílias que dependem dessa atividade.

Segundo Queiroz (2019), a cidade de Pacajus, situada na região metropolitana de Fortaleza, distante 50 quilômetros da capital estadual, tem na zona rural uma significativa

parcela da população, sendo responsável pela movimentação da economia local, principalmente no setor alimentício e de serviços. Os distritos de Pascoal, Paulicéia, Cavalaria, Formoso, Curimatã, Jenipapo e Itaipaba fazem participam da zona rural do município cearense.

De acordo com Chagas (2019), a falta de oportunidades de emprego faz com muito moradores da zona rural se desloquem para a cidade na busca de trabalho, entretanto, as oportunidades também estão escassas no centro urbano do município. Dessa forma, é cada vez mais frequente o êxodo rural proveniente do deslocamento dos moradores do interior de Pacajus. Boa parte dos que permanecem na zona rural, encontram-se amparados por programas sociais do governo federal, como o bolsa família.

Tão importante quanto o bolsa família é a aposentadoria rural, pondera Queiroz (2019), além disso, atualmente, é garantida aos agricultores que comprovarem atividade rural e idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para os homens. O dinheiro proveniente das aposentadorias é fundamental para garantir um mínimo de dignidade aos idosos da região que dedicaram boa parte da vida à agricultura, no sol escaldante das propriedades cearenses.

Nos distritos de Pascoal, Cavalaria, Formoso e Paulicéia, segundo Chagas (2019), é comum a presença de pequenos arranjos produtivos familiares de processamento artesanal da castanha de caju. O assador, popularmente conhecido quem realiza a produção artesanal da amêndoa da castanha a partir da queimada das castanhas em fornos rústicos, muitas vezes insalubres e com baixo grau de higiene, é figura conhecida no mercado de castanha de caju, realizando a produção rudimentar da amêndoa. Produto que comumente não pode ser vendido em grandes supermercados ou exportada devido às práticas irregulares de produção, e acaba suprimindo o mercado informal a preços inferiores aos produtos legalmente processados.

Entretanto, mesmo com a proximidade territorial, Queiroz (2019), afirma que no distrito de Itaipaba não é frequente a presença de assadores de castanha, a produção, na maioria das vezes, é vendida aos intermediários, que as vendem aos industriais. Na década de 2000, o distrito de Itaipaba recebeu duas fábricas financiadas pelo Projeto São José, entretanto, os empreendimentos não vingaram e a comunidade não possui atualmente nenhuma planta produtiva em funcionamento.

Silva (2019) pondera que entidades que desejem receber o projeto devem manifestar interesse a partir do preenchimento de formulário eletrônico, que será divulgado no site da Secretaria de Desenvolvimento Agrário nos meses de agosto e setembro. Antes da

elaboração do plano de negócio pelos agentes do projeto, alguns critérios formais serão avaliados, dentre eles: a classificação de todos os agricultores que farão parte do projeto incluídos no conceito de agricultura familiar, critério comprovado a partir da DAP( Declaração de Aptidão ao Pronaf); a entidade que pleiteia o projeto deve estar legalmente constituída e existir a no mínimo dois anos, declaração de imposto de renda, atas das reuniões e eleições da associação ou cooperativa comprovam a situação. Após a verificação desses critérios, será realizada uma visita na comunidade rural pelos técnicos do PSJ IV a fim de levantar informações necessárias para a elaboração do plano de negócios do projeto.

### **3.2 Etapas do estudo de campo**

A seguir serão apresentadas as etapas que foram percorridas para a elaboração e aplicação do estudo de campo, percorrendo os critérios de obtenção da certificação de CJ e PSJ IV definidos no levantamento bibliográfico, a partir da identificação dos princípios que devem ser cumpridos por entidades que busquem o selo de CJ e as diretrizes almejadas para financiamentos com recursos do Governo do Estado do Ceará e Banco Mundial.

O levantamento acerca da realidade vivida pelos agricultores que produzem castanha de caju no distrito de Itaipaba foi realizado a partir da aplicação de questionários com os produtores da região e, por fim, a análise de compatibilidade entre as iniciativas pleiteadas e a realidade da comunidade foi feita com o auxílio da ferramenta Impacto Social Canvas, que juntamente com os outros instrumentos, serviu para a sugestão de melhorias a serem implantadas para elevar o grau de adequação aos critérios estabelecidos.

#### **3.2.1 Etapa 1- Planejamento do questionário à luz do Projeto São José IV e Comércio Justo**

A primeira etapa do estudo de caso consiste no planejamento dos questionários que serão aplicados aos produtores de castanha de caju da zona rural de Pacajus acerca de dados relacionados com especificidades da atividade rural que tenham relação com os critérios estabelecidos pelas iniciativas de CJ e PSJ IV. Ao final desta etapa, espera-se chegar à elaboração de um questionário condizente com as dimensões do PSJ IV e CJ e que estejam adaptadas aos objetivos do presente trabalho.

### **3.2.2 Etapa 2- Aplicação do questionário**

Na segunda etapa do estudo de caso, foi realizada a adaptação e aplicação dos instrumentos de coleta a luz dos critérios exigidos pelo CJ e PSJ IV, de forma a obter informações acerca da realidade produtiva dos agricultores de Itaipaba que estejam ligados a exigências documentação regular da propriedade, condição formal de agricultor familiar, regularidade com relação ao uso de mão de obra e situação social e financeira dos moradores, que possam ser melhoradas com a chegada da fábrica.

O questionário foi aplicado junto aos produtores rurais do distrito de Itaipaba. Ao final desta etapa espera-se conseguir obter informações suficientes para a análise da situação atual dos agricultores relacionados aos aspectos que envolvem a certificação de CJ e o PSJ IV, a partir de uma amostra representativa da situação socioeconômica e produtiva da comunidade estudada.

### **3.2.3 Etapa 3- Aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas**

Nessa etapa foi aplicada a ferramenta de gestão Impacto Social Canvas, que tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento de empreendimentos com a presença de iniciativas de impacto social. A aplicação ocorrerá a partir de uma reunião com a presença do atual presidente, vice-presidente e do fundador e membro do conselho da ACPCI, a ser realizada no distrito de Itaipaba.

Na ocasião, o vice-presidente realizará uma leitura sobre o preenchimento adequado e importância da ferramenta no apoio a iniciativas de impacto social e desenvolvimento sustentável de comunidades, como as almejadas com a instalação da fábrica de beneficiamento de castanha de caju.

Para isso, foi utilizado como base o exposto no referencial teórico acerca da importância e benefícios do PSJ IV e CJ para que a fábrica tenha destino diferente do que ocorreu com as de iniciativas semelhantes na região. Também foram discutidos os principais assuntos relacionados à cajucultura, abordados em entrevistas obtidas com produtores rurais da região, que compõem o atual acervo da biblioteca da associação.

Ao final dessa etapa espera-se obter um panorama das principais iniciativas necessárias ao sucesso do empreendimento pleiteado pela ACPCI.

### **3.2.4 Etapa 4- Relatório final e análise dos resultados**

O relatório foi composto pela análise de compatibilidade das iniciativas pleiteadas pela comunidade rural com as diretrizes estabelecidas pelo Projeto São José IV e certificação de Comércio Justo, tendo como base as informações obtidas a partir da aplicação do questionário e da ferramenta de gestão Impacto Social Canvas.

Ao final desta etapa, espera-se obter os pontos fortes e fracos presentes na comunidade de Itaipaba para o recebimento do projeto governamental e da certificação de produção.

### **3.2.5 Etapa 5 -Sugestões de melhoria**

A partir da análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos nas etapas anteriores, foram sugeridas propostas de melhoria a fim de facilitar a adequação da comunidade de Itaipaba às exigências necessárias para obtenção da fábrica financiada com recursos do PSJ IV, bem como às necessidades para certificação de CJ.

## **3.3 Resultados obtidos**

### **3.3.1 Etapa 1- Planejamento do questionário à luz do Projeto São José IV e Comércio Justo**

O questionário, que foi aplicado junto aos produtores rurais, é composto de 20 perguntas, que visaram, inicialmente, à obtenção de informações pessoais, como gênero, idade, escolaridade e renda familiar.

Em seguida, as perguntas aplicadas relacionam-se com os principais critérios estabelecidos pela SDA para realização do Projeto São José IV, que estão ligados à participação dos agricultores na agricultura familiar, como a capacidade de atender à demanda de castanha da fábrica; formalização da condição de agricultores familiares, com base na posse da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf); participação dos produtores rurais em associações ou cooperativas de beneficiamento de castanha.

A terceira parte do questionário está relacionada com os princípios levados em conta para a obtenção do selo de Comércio Justo, também ligados à agricultura familiar, mas que levam em conta aspectos mais específicos, como a utilização de mão de obra infantil ou escrava, documentação que ateste a posse ou uso da propriedade, posse de animal silvestres,

como pássaros, e aspectos mais voltados à atividade econômica, como o preço atualmente recebido pela castanha de caju e satisfação com os valores praticados.

No quadro 3, apresentado a seguir, serão detalhadas as perguntas e as justificativas de suas aplicações como instrumento de avaliação.

Quadro 3- Perguntas do questionário e justificativas

Pergunta	Justificativa	Princípios do CJ	Princípios do PSJ IV
Qual seu gênero?	Identificar predominância de gênero entre os agricultores	Equidade de gênero e melhoria econômica das mulheres	Inclusão social e produtiva de grupos vulneráveis
Qual sua idade?	Identificar faixa etária predominante entre os agricultores	Compromisso com a não discriminação de idade	Atendimento especial à juventude rural
Qual seu nível de escolaridade?	Verificar nível de escolaridade dos agricultores	Proporcionar capacitação	Inclusão social e produtiva de grupos vulneráveis
Qual a renda mensal da família e habitantes na casa?	Mensurar ganhos da família	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão econômica sustentável
Qual sua profissão?	Verificar presença de agricultores familiares como ocupação principal	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas



Qual a produção anual de castanha?	Mensurar a produção de castanha de caju na região	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas
Produz amêndoa?	Verificar se há produtores de amêndoas de castanha de caju na região	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas
Qual o preço de venda da castanha de caju?	Mensurar o preço de venda praticado na região	Pagamento e Preço justo	Melhoria do acesso a mercados
Utiliza cajueiro precoce ou gigante?	Identificar qual o tipo de cajueiro mais utilizado	Proporcionar capacitação	Inclusão econômica sustentável
Utiliza somente mão de obra familiar?	Verificar principal tipo de mão de obra utilizada	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas
Possui DAP?	Identificar utilização de documentação que comprove condição de trabalhador rural	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores que comprovem efetiva profissão agrícola
Faz parte de Associação ou Cooperativa de produtores de	Verificar participação em entidades que beneficiam	Responsabilização social e transparência	Inclusão de agricultores representados por associações

castanha?	castanha		comunitárias
Utiliza mão de obra infantil?	Identificar uso de mão de obra infantil	Garantia de que não haja trabalho infantil irregular	Adequação à legislação vigente
Utiliza mão de obra escrava?	Identificar utilização de mão de obra escrava	Garantia de que não haja trabalho forçado	Adequação à legislação vigente
Possui algum animal silvestre ?	Inferir presença de animais silvestres irregulares	Respeito ao meio ambiente	Adequação à legislação vigente
Considera o preço pago pela castanha justo?	Verificar concordância com os preços praticados atualmente	Pagamento e Preço justo	Melhoria do acesso a mercados
Qual preço considera justo?	Mensurar faixa de preço considerada justa pelos agricultores	Pagamento e Preço justo	Melhoria do acesso a mercados
Aceita participar de associação/cooperativa de produtores de castanha?	Verificar aceitação em participar de entidades que beneficiem a castanha	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores representados por associações comunitárias
Área da propriedade é superior a 64 hectares?	Identificar utilização de documentação que comprove condição de trabalhador rural	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Inclusão de agricultores que comprovem efetiva profissão agrícola
Possui documentos da propriedade?	Verificar posse legal da propriedade	Criação de oportunidades para produtores em desvantagem	Adequação à legislação vigente

		econômica	
--	--	-----------	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

### 3.3.1.1 Caracterização da amostra

#### a) Sujeitos da pesquisa

A pesquisa do trabalho foi direcionada aos produtores rurais de castanha de caju do distrito de Itaipaba, no Município de Pacajus, de acordo com Queiroz (2019), estima-se que no distrito de Itaipaba haja cerca de 60 cajucultores, dessa forma, uma população total de 60 agricultores foi considerada

#### b) Amostra selecionada

Foi escolhida uma amostra de 15 agricultores para responder o questionário, este valor foi escolhido baseado na carga horária disponível pelos membros que ajudaram na aplicação dos questionários, acompanhando gratuitamente o aplicar da pesquisa em um dia de sábado, das sete às quatorze horas.

O tamanho amostrado representa 25 % do total de produtores de castanha da zona rural (N = 60). De acordo com Da Rosa (2009), o cálculo da amostra mínima a ser considerada é dado pela seguinte equação, onde:

$$n = z^2 \frac{p(1 - p)}{e^2}$$

n = Tamanho mínimo da amostra

Z = Desvio do valor médio para o nível de confiança de 90% (Z = 1,645)

e = Margem de erro máximo tolerado (e = 20%)

p = Estimativa prévia (p = 0,25).

A estimativa prévia considerada, p = 0,25, leva em conta a previsão na participação na aplicação do questionário de 15 agricultores, que representam um quarto do total da população estimada. Para um nível de confiança de 90% e um erro máximo de 20%, foi obtido um valor mínimo de amostra n = 12,7, ou seja, no mínimo 13 agricultores deveriam

responder ao questionário. Dessa forma, diante de 15 respostas e para o erro considerado, o instrumento de coleta foi considerado válido.

### 3.3.2 Etapa 2- Aplicação do questionário

A aplicação dos questionários foi realizada no dia 11 de maio de 2019 pelo Presidente; Vice-Presidente da Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba e autor do presente trabalho; e por um morador popular da região.

A participação dos membros citados se fez necessária para garantir a segurança da equipe, tendo em vista que os moradores da comunidade rural enfrentam um grave problema de violência e poderiam assustar-se com presença de estranhos. Após a obtenção de 15 respostas de um universo de 60 agricultores foi considerada uma amostra aceitável.

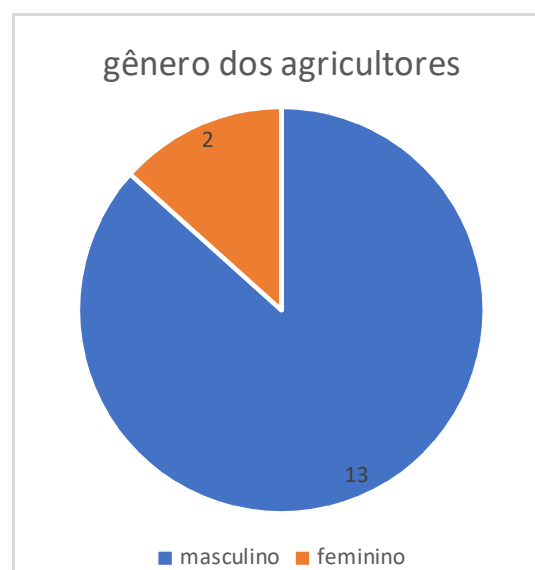
#### Perfil socioeconômico do agricultor relacionado ao PSJ IV

A pesquisa indicou o perfil dos participantes sob os aspectos de gênero, idade, escolaridade, renda per capita e profissão, produção de castanha e amêndoa.

##### • Qual seu gênero?

A primeira pergunta buscou obter a porcentagem de agricultores por gênero e identificar se há predominância de um gênero em detrimento do outro nos produtores rurais de castanha de caju ilustrada no Gráfico 1.

Gráfico 1- Quantidade de agricultores por gênero



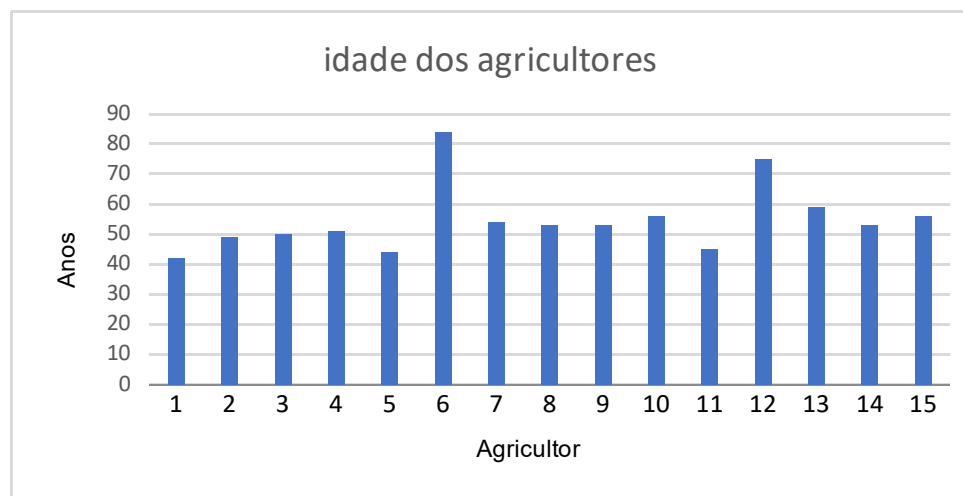
Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a amostra considerada, há um predomínio no número de agricultores do sexo masculino. Sendo que os homens respondem por aproximadamente 86% do total de agricultores e as mulheres respondem por cerca de 14 %.

#### • Qual sua idade?

A partir da quantificação de agricultores por idade no Gráfico 2, foi possível detalhar o perfil de idade dos entrevistados.

Gráfico 2- Idade dos agricultores entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor

Tomando como base o critério idade, percebe-se que todos os agricultores entrevistados são maiores de 40 anos. Sendo que a média de idade é de aproximadamente 55 anos. Fato que atesta como elevadas as idades dos entrevistados.

#### • Qual sua ocupação principal?

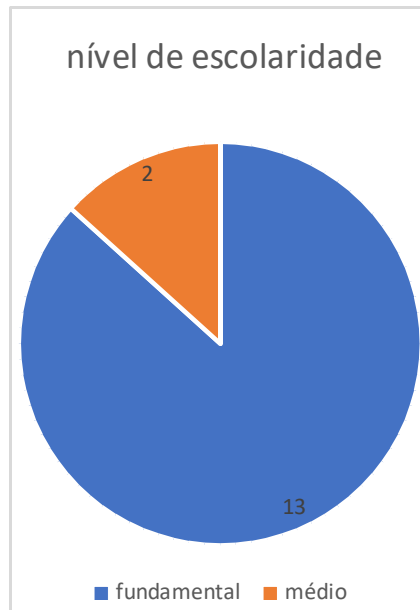
A partir das respostas obtidas foi possível avaliar o grau de participação dos agricultores na amostra realizada.

Todos os 15 entrevistados responderam que sua ocupação principal está na centrada na agricultura familiar.

#### • Qual seu nível de escolaridade?

A partir da quantificação do nível de escolaridade dos agricultores foi possível compreender melhor a realidade educacional dos agricultores entrevistados, conforme mostrado abaixo no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos entrevistados



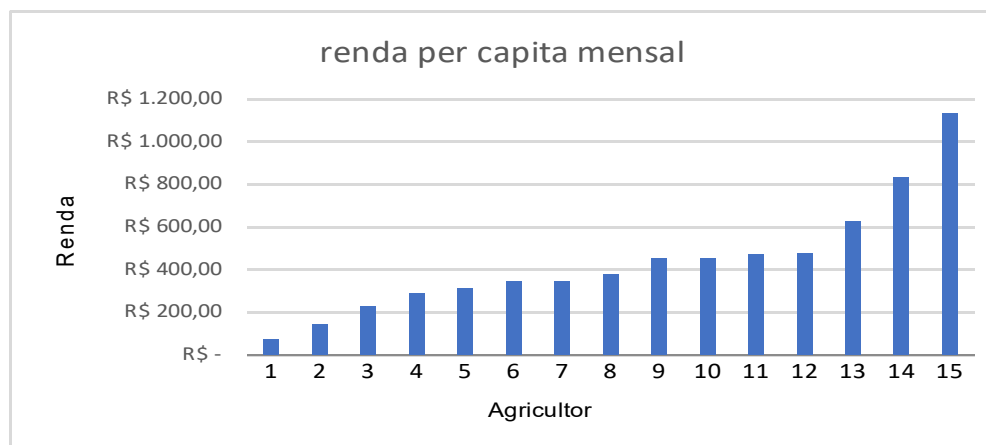
Fonte: Elaborado pelo autor

A grande maioria dos agricultores possui o nível fundamental como maior grau de instrução educacional formal, representando aproximadamente 86 % do total entrevistado, os 14% restantes possuem o nível médio concluído.

#### •Qual a renda mensal e número de habitantes da família?

A partir das respostas obtidas nas duas perguntas foi possível calcular a renda per capita das famílias entrevistadas, conforme representado no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Renda per capita mensal



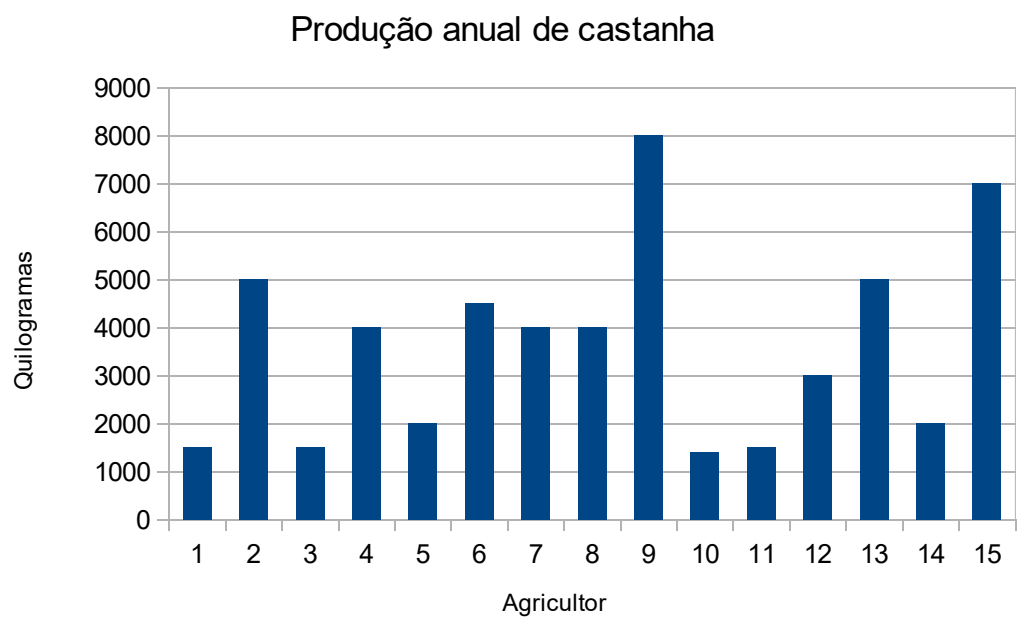
Fonte: Elaborado pelo autor

Apenas 3 famílias, 20% dos entrevistados, possuem renda per capita superior a 600 reais por mês, enquanto que 80% das famílias possuem renda mensal per capita inferior a 600 reais.

#### •Qual a produção anual de castanha de caju?

A partir da pergunta foi possível obter os dados de produção anuais dos agricultores, de forma a conhecer a capacidade produtiva da região, os dados obtidos são representados no Gráfico 5:

Gráfico 5- Produção anual de castanha



Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos agricultores produz abaixo de 4 toneladas de castanha por mês, apenas dois agricultores apresentam produções mais elevadas, um produzindo 8 toneladas e o segundo com uma produção anual de 14 toneladas. O volume total amostrado foi de aproximadamente 54,4 toneladas. De acordo com Queiroz (2019), a capacidade produtiva anual da região de Itaipaba é estimada em 200 toneladas de castanha de caju.

• **Qual a produção anual de amêndoa?**

A partir das respostas foi possível obter a quantidade de participantes que realizam o beneficiamento da castanha de caju, transformando-a em amêndoa.

Nenhum dos entrevistados produz amêndoa de castanha de caju, todos apenas produzem a castanha de caju e a vendem a atravessadores.

• **Qual o tipo de cajueiro utilizado, precoce ou gigante?**

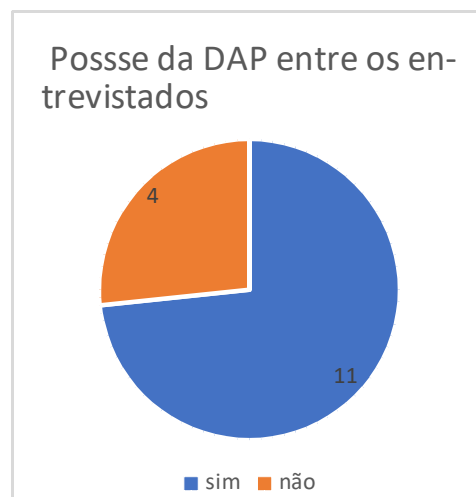
O objetivo foi verificar qual o predomínio do tipo de cajueiro encontrado na região, o cajueiro gigante, que é considerado ultrapassado e com baixa produtividade ou o cajueiro precoce, desenvolvido pela Embrapa e considerado mais produtivo.

Todos os entrevistados responderam que possuíam cajueiros gigantes.

• **Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf?**

O objetivo da pergunta foi verificar se os agricultores possuem um dos documentos principais que formalizam sua atividade, caracterizando-a como agricultura familiar. Os dados são mostrados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Agricultores com posse da DAP



Fonte: Elaborado pelo autor

Aproximadamente 27 % não possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf, documento importante para atestar a atividade de agricultor familiar e auxiliar no recebimento de diversos benefícios, como empréstimos com juros mais baixos e aposentadoria rural, presente em 73% das famílias pesquisadas.



• **Faz parte de associação ou cooperativa de produtores de castanha de caju?**

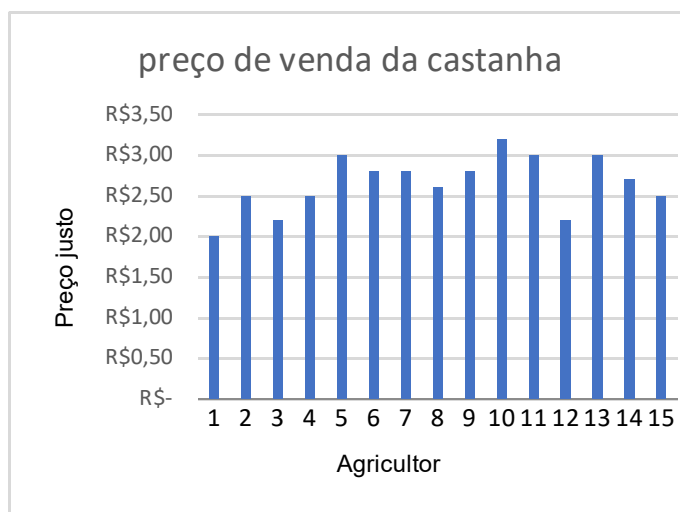
O objetivo foi verificar a operação de entidades formalmente organizadas que colaboram com a comunidade na realização de transações envolvendo compra e venda de castanha de caju ou beneficiamento para produção de amêndoa.

Todos os entrevistados responderam que não participam de associações ou cooperativas de produtores de castanha de caju, atestando a falta de iniciativas do segmento na zona rural estudada.

• **Qual o preço de venda da castanha de caju?**

A partir da análise dos dados dos preços de venda das castanhas praticados na comunidade foi possível conhecer a média de preços praticada no mercado, conforme abaixo demonstrado no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Preço praticado na venda da castanha



Fonte: Elaborado pelo autor

Tomando como base os 15 valores de preços observados, foi calculada a média aritmética, o valor obtido foi de aproximadamente 2,65 reais. Sendo que o maior preço de venda observado foi de 3,2 reais e o menor valor de 2,00 reais. Os valores demonstram uma certa proximidade, provavelmente explicada pela presença de atravessadores que atuam na região, controlando os preços pela prática de cartel.

### **Perfil da agricultura voltado aos princípios do Comércio Justo**

A pesquisa indicou o perfil dos participantes sob os aspectos voltados à obtenção do selo de Comércio Justo, como utilização de mão de obra infantil e escrava, posse de algum animal silvestre, principalmente pássaros, se o preço recebido pela castanha de caju é considerado justo, se o agricultor aceita participar de alguma associação/cooperativa de produtores, utiliza mão de obra familiar na produção e detém a posse de documentos da propriedade.

#### **• Utiliza mão de obra infantil?**

O objetivo foi descobrir se haveria utilização ilegal de mão de obra infantil na produção de castanha de caju. Considerado ilegal o trabalho realizado na propriedade por menores de 14 anos, conforme Rocha (2016) aborda em relação às exigências da legislação brasileira.

Todos os entrevistados responderam que não utilizam mão de obra infantil em desacordo com a legislação.

#### **• Utiliza mão de obra escrava?**

O objetivo foi descobrir se haveria utilização de mão de obra escrava na produção de castanha de caju. De acordo com Nascimento (2018), trabalho forçado pelo uso de ameaças, jornada exaustiva e falta de condições mínimas de saúde podem enquadrar-se na definição de trabalho escravo da legislação brasileira.

Todos os entrevistados responderam que não utilizam mão de obra escrava.

#### **• Possui algum animal silvestre?**

O objetivo foi descobrir se os agricultores que produzem castanha de caju têm a posse de algum animal silvestre, como pássaro. De acordo com a WWF- Brasil (2019), é considerado um animal silvestre aquele que foi retirado da natureza e não está acostumado a viver perto das pessoas, como papagaios e outros pássaros. Os dados são representados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Posse de animais silvestres



Fonte: Elaborado pelo autor

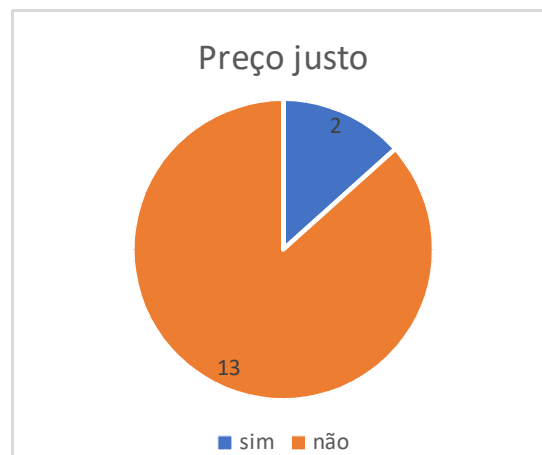
De acordo com os dados obtidos, aproximadamente 33% dos agricultores entrevistados possui algum tipo de animal silvestre.

• **Considera justo o preço pago pela castanha?**

O objetivo foi verificar se na perspectiva dos agricultores, os preços pagos pelo seu produto eram considerados justos, sendo suficientes para garantir uma troca justa pelo trabalho desenvolvido na produção da castanha. Os dados obtidos estão representados no

Gráfico 9:

Gráfico 9 - Satisfação com o preço de venda



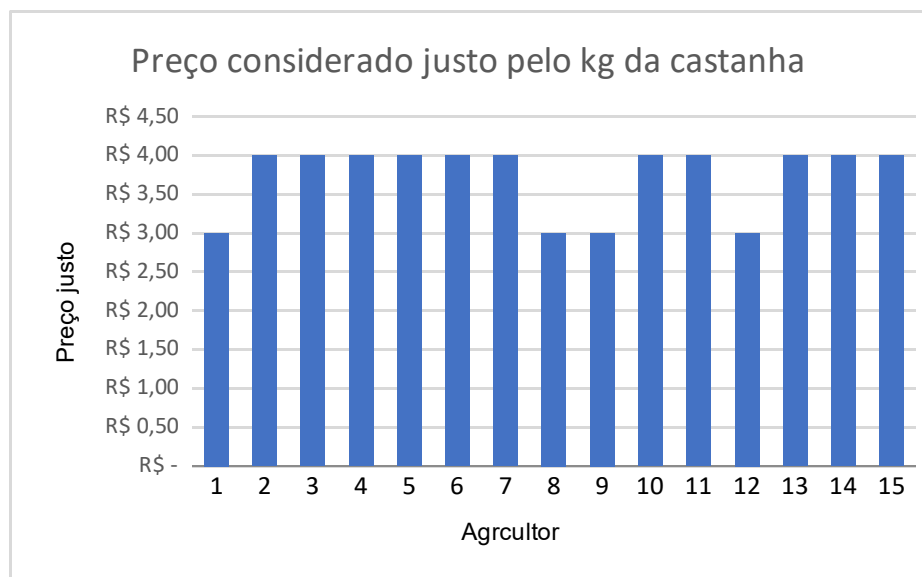
Fonte: Elaborado pelo autor

Dos 15 entrevistados, apenas 2 consideraram o preço recebido pela sua castanha justo, totalizando aproximadamente 13% da amostra. Entretanto, aproximadamente 87% dos entrevistados consideraram os preços praticados como injustos, demonstrando sua insatisfação para com os valores recebidos pelo fruto do trabalho na atividade agrícola.

• **Qual preço considera justo pelo quilo da castanha?**

O objetivo foi verificar junto aos entrevistados os preços que deveriam ser pagos aos seus produtos que seriam suficientes para garantir uma troca justa pelos esforços dedicados na produção de castanha de caju. Os dados obtidos são representados no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Preço justo pela venda da castanha



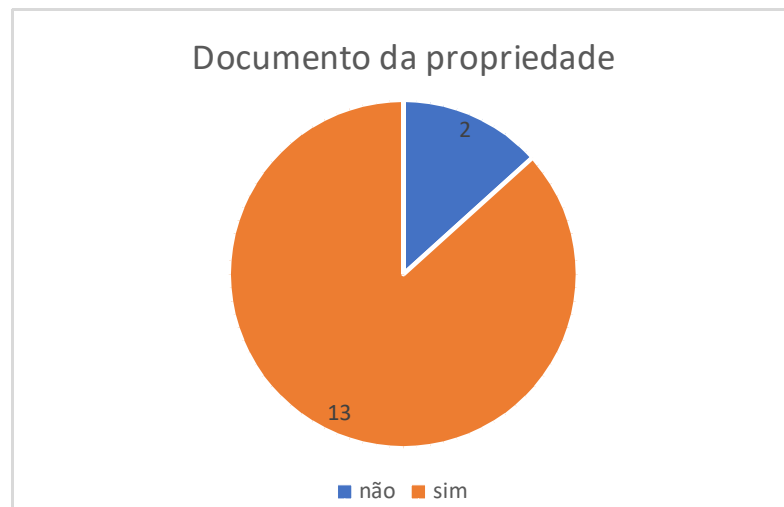
Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os dados obtidos, aproximadamente 73% dos entrevistados consideram que o preço justo pelo quilograma de castanha de caju deve ser de 4 reais e 17% consideram como justo o preço de 3 reais pago pelo quilograma do produto.

• **Possui documentos da propriedade?**

O objetivo foi verificar se os agricultores possuíam documentos da propriedade, o que garante a posse pacífica e legal da terra, critério crítico do Comércio Justo. Os obtidos estão apresentados no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Documento de posse legal da propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados obtidos, constatou-se que a maioria das propriedades pesquisadas possui documento que atesta sua posse legal, representando aproximadamente 87 % da amostra, enquanto que apenas 13 % das propriedades não possuem documentos que formalizem legalmente a posse da propriedade.

• **Aceita participar de associação/cooperativa de produtores de castanha?**

O objetivo foi verificar se os entrevistados aceitariam participar de associação ou cooperativa de produtores de castanha de caju, fornecendo seu produto pois esse é um dos critérios para o recebimento da certificação de Comércio Justo.

Todos os entrevistados aceitaram participar de algum tipo de entidade, entretanto, houve um posicionamento majoritário de somente entregar a castanha com o pagamento prévio pelo produto.

• **Área da propriedade é superior a 64 hectares?**

O objetivo foi verificar se o tamanho das propriedades dos entrevistados se adequava à área máxima de definida para caracterizar um estabelecimento rural como familiar.

Todos os entrevistados apresentam propriedade com área inferior a 64 hectares, cumprindo uma das exigências que caracterizam o imóvel rural como estabelecimento voltado à agricultura familiar.

### 3.3.3 Etapa 3 - Aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas

A aplicação da ferramenta ocorreu em uma reunião no distrito de Itaipaba, com a participação do presidente; vice-presidente e autor do presente trabalho; e com o fundador e membro do conselho da Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba. Abaixo estão apresentados o quadro e uma descrição considerada para o preenchimento de cada bloco a partir das opiniões emitidas pelos participantes.

#### a) Sonho – Para quê?

Tendo em vista os problemas sociais e financeiros enfrentados por muitos moradores da zona rural de Pacajus, especificamente no distrito de Itaipaba, o desenvolvimento do projeto para recebimento de uma fábrica de processamento de castanha de caju certificada com o selo de comércio justo tem como sonho a redução das desigualdades sociais e erradicação da pobreza na zona rural do município.

Inicialmente, haverá a priorização do distrito de Itaipaba, que engloba os bairros de Areias, Caraúbas, Centro, Rua do Fogo, Umari, com aproximadamente 3000 habitantes, permitindo que todos os moradores da região tenham condições financeiras suficientes para garantir no mínimo 6 refeições diárias.

A partir do oferecimento de oportunidades de trabalho na fábrica, nas propriedades rurais, da compra da castanha de caju a um preço superior ao praticado no mercado, espera-se que haja uma melhora na qualidade de vida dos moradores da região, sendo essa melhora reconhecida, entre outros aspectos, na forma de melhores condições de alimentação para as famílias da região.

A visão é que no prazo de 10 anos, a fábrica será a maior exportadora mundial de amêndoa de castanha de caju certificada com o selo de Comércio Justo, tanto em volume de vendas como na geração direta e indireta de empregos.

#### b) Justificativa – Por quê?

A localidade de Itaipaba está localizada na zona rural de Pacajus, distante 15 quilômetros do centro da cidade. Por sua vez, Pacajus está distante 50 quilômetros de Fortaleza. A falta de empregos formais é uma realidade enfrentada há décadas pelos moradores da região, não há nenhuma média empresa atuando no distrito, que tem uma

população próxima de 3000 pessoas. O meio de sustento da maioria dos moradores da região, além das aposentadorias, é a agricultura, tendo na cajucultura boa parte dessa renda, que poderia ser maior com a agregação de valor

Há aproximadamente 20 anos, uma etapa do Projeto São José construiu uma fábrica de beneficiamento de castanha na comunidade. Entretanto, pela falta de mercado consumidor, a fábrica acabou por encerrar suas atividades. O recebimento de uma fábrica via Projeto São José IV poderá representar a chance de melhoria da condição financeira e social dos moradores da região, que terão a oportunidade de trabalhar na empresa e receber uma remuneração que ajudará na melhoria das condições de vida das suas famílias.

Itaipaba possui uma associação de moradores constituída por diversos produtores de castanha de caju, que detêm uma elevada produção anual, cerca de 200 toneladas, garantindo o abastecimento de matéria prima para produção de amêndoas. Tendo em vista que muitos produtores são reféns dos intermediários, que compram castanha de caju a preços insuficientes para garantia de um pagamento justo pelo trabalho desenvolvido, o empreendimento mitigaria o impacto negativo dessa prática econômica.

A realidade comumente enfrentada muitos moradores da região é sobreviver da agricultura familiar, que se está tornando cada vez mais inviável pelos altos custos de produção e baixa rentabilidade na venda. No caso dos homens, aguardar a idade de 60 anos para se aposentar com um salário mínimo, e mulheres, até os 55 anos para ter direito ao mesmo benefício está virando uma tarefa complicada, possivelmente mais difícil com o possível aumento das idades mínimas de aposentadoria e exigência de contribuições anuais de 600 reais para a previdência social.

Crianças e jovens da comunidade frequentam a escola, porém, ao encerrar o Ensino Médio, deparam-se com a falta de oportunidades de empregos e, infelizmente, muitas vezes, acabam caindo no mundo do tráfico de drogas. Grave problema social que, não diferentemente de boa parte do país, também assola a comunidade de Itaipaba, sendo responsável por um crescente número de assaltos, furtos, tráfico de entorpecentes e homicídios na região. A instalação da fábrica poderia ser útil no emprego desses jovens e servir para afastá-los do mundo das drogas.

c) Beneficiários - Para quem?

Os beneficiários serão moradores de Itaipaba, atendidos direta e indiretamente pelas atividades do projeto. Diretamente serão atendidos os agricultores que produzem castanha de caju, que se tornarão fornecedores da fábrica; os funcionários da fábrica, sendo priorizada a escolha daqueles que apresentem um menor nível de renda na comunidade, com atenção dada a jovens e mulheres; estas pela falta de oportunidades de trabalhar na agricultura e aqueles, pela falta de oportunidade de emprego, que aumenta o êxodo rural.

Os alunos da comunidade, que poderão estagiar na organização; e indiretamente será beneficiada a comunidade como um todo, sendo o comércio da região aquecido pelo maior fluxo de dinheiro girando na economia local.

d) Localidade - Onde?

O projeto será executado no distrito de Itaipaba, englobando principalmente os bairros de Caraúbas, Umari, Centro, Rua do Fogo e Areias. A localização da nova fábrica será no mesmo local onde foi recebida há 20 anos o projeto anterior, no bairro de Areias, à margem da rodovia estadual CE 253, facilitando o escoamento da produção.

e) Organização – Quem?

A organização responsável pela execução do projeto é a Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba, entidade sem fins lucrativos, fundada em meados dos anos 2000 por Raimundo Sá, militar reformado da Marinha do Brasil e cidadão honorário do município de Pacajus pelos relevantes serviços prestados em prol da melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. Entidade que foi responsável por importantes conquistas para a comunidade, destacado o recebimento de um dessalinizador, garantindo o fornecimento de água potável e de um trator, que é usado para realização de atividades inerentes à agricultura com a cobrança de preços inferiores aos de mercado.

f) Atividades – Como?

Compra a preços justos da castanha de caju, a primeira atividade a ser realizada pela Associação será a compra da castanha de caju dos produtores rurais por um preço considerado justo por eles, e que a organização consiga praticar, de forma a garantir também sua saúde financeira, o preço será próximo de 4 reais por quilograma de castanha.



O pagamento pela castanha será realizado no ato da entrega do produto, de forma a garantir o uso mais rápido dos recursos pelos produtores, sendo essa uma exigência de boa parte dos produtores para o fornecimento dos produtos. Os agricultores entregarão a castanha da sede da organização, haverá a assinatura de contrato entre agricultores e fábrica, de tal forma a criar relações de longo prazo e garantir o abastecimento de matéria prima para a produção de amêndoas.

Após o recebimento da castanha, será produzida e embalada a amêndoa, de tal forma que o produto finalizado fique o mínimo de tempo possível nas instalações da empresa, reduzindo os riscos de roubo. Será avaliada a possibilidade de locação de um local seguro para armazenamento das amêndoas e a cotação de um seguro para os produtos, a fim de prevenir a organização dos riscos de prejuízos decorrentes de roubos, furtos e outros casos fortuitos. Também haverá um estudo acerca de criação de uma cooperativa para terceirizar parte dos processos de venda e estocagem dos produtos na Copacaju.

#### g) Inovação

O critério inovador no presente projeto centra-se na definição do mercado consumidor prioritário da organização. Em etapas anteriores do Projeto São José, realizadas há cerca de 20 anos na região, o maior problema enfrentado pelas organizações foi a falta de mercado consumidor para garantir a venda de seus produtos. Desta vez, os principais consumidores das amêndoas de castanha de caju serão as organizações que comprem produtos certificados pelo Comércio Justo.

O processo inicial de venda será realizado com a Cooperativa Chico Mendes, que tem sede na Itália, e há mais de 5 anos vem adquirindo amêndoas certificadas da região de Pacajus via Copacaju, cooperativa de venda de amêndoas de produtores certificados pelo CJ.

A certificação de Comércio Justo e a parceria com o PSJ IV são as principais inovações, pois permitirão a construção de uma fábrica com redução de 80 % do investimento necessário e possibilitarão que toda a produção da organização proveniente de agricultores familiares certificados seja vendida a preços suficientes para o pagamento justo dos agricultores e funcionários da empresa. Dessa forma, a inovação firmada pela parceria entre CJ e PSJ IV poderá resolver o principal problema que ocasionou o fracasso da implantação de fábricas de beneficiamento de castanha de caju na zona rural de Pacajus no início dos anos 2000.

#### h) Requisitos – Com o quê?

Após o cadastro no site da Secretária de Desenvolvimento Rural do Ceará, os técnicos da entidade realizarão uma verificação nos documentos da associação, sendo necessário que a entidade tenha documentos que comprovem seu status legal e um tempo mínimo de 2 anos de atividade.

Os documentos comprobatórios de regularidade, como a declaração de imposto de renda, certidões negativas de débitos com a Justiça e atas das reuniões e eleições da entidade. Também será necessário a posse da DAP por todos os agricultores que têm intenção de fazer parte do projeto. No decorrer do projeto será necessária a obtenção da licença ambiental, fornecida pela Secretaria de Meio Ambiente, e o alvará de funcionamento, esses e outros documentos voltados à adequação da fábrica via PSJ IV aos critérios legais serão analisados e terão acompanhamento técnico realizado pelos funcionários do próprio projeto, de forma que a ACPCI terá a dedicação especial do vice-presidente para a obtenção dos documentos solicitados pelos técnicos do projeto.

O selo de Comércio Justo, dividido em duas modalidades, o selo para a organização e o selo para os produtores será também acompanhado de perto pelo vice-presidente da associação, com vistas a dar um maior grau de atenção a uma iniciativa vital para a organização.

A certidão negativa de débitos financeiros será utilizada para simulações de financiamentos junto ao Banco do Nordeste, a fim de garantir o pagamento da contrapartida exigida pelo Projeto São José IV e da certificação de Comércio Justo.

#### i) Equipe – Com quem?

Principais responsáveis pela execução do projeto serão os membros da diretoria da Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba, nas figuras do presidente, vice-presidente e do ex-presidente e fundador da entidade. Atualmente a associação possui em seu quadro de membros duas mulheres acima de 30 anos, dois jovens com idade inferior a 29 anos, os demais membros são maiores de 40 anos.

Haverá também a participação voluntariada de um contador que auxiliará na resolução de problemas mais específicos da área contábil, além da participação esporádica dos demais membros da associação.

j) Parceiros – Com quem?

Ematerce e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacaju auxiliarão na emissão e renovação das declarações de aptidão ao pronaf. A Copacaju, por sua vez, auxiliará no relacionamento entre associação e cooperativa Chico Mendes.

Secretaria de Desenvolvimento Agrário, na figura de seus técnicos, auxiliará no planejamento e gestão da organização antes, durante e após o recebimento do projeto. Sendo a elaboração do plano de negócios por parte de seus funcionários uma importante ferramenta para permitir um melhor planejamento das atividades a serem realizadas pela organização.

A Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara, na figura do seu presidente, também auxiliará no relacionamento com a Cooperativa Chico Mendes e na resolução de eventuais problemas que possam dificultar o recebimento do selo de Comércio Justo, tendo em vista que um dos objetivos da iniciativa é aumentar as atividades econômicas na área.

O Banco do Nordeste auxiliará a organização a com a realização de financiamentos rurais a fim de auxiliar os agricultores a obter mais capital para a melhoria de suas condições de trabalho, como substituição dos cajueiros gigantes por precoces. Os recursos prioritariamente serão pleiteados na modalidade de empréstimo Agroamigo, que empresta até 5 mil reais por agricultor familiar que apresente com DAP, sem exigência de garantias, juros reduzidos e bônus de pagamento que podem chegar a 40 % do valor obtido no empréstimo.

k) Avaliação – Resultados e Indicadores

Indicadores quantitativos: aumento no preço pago pelo quilograma de castanha vendido pelos agricultores que possuem o selo de Comércio Justo, a partir da comparação dos valores pagos pelo quilograma de castanha aos produtores certificados com o preço pago pelos intermediários; aumento do número de agricultores certificados pelo CJ: medir anualmente o número de agricultores que obtiveram a certificação de CJ em suas propriedades;

Crescimento da renda anual dos agricultores certificados e dos funcionários diretos e indiretos da fábrica: medir anualmente os valores recebidos pelos moradores da comunidade gerados pelas atividades ligadas ao projeto, como aumento da renda per capita

familiar; Aumento das vendas e número de clientes: comparar volume de vendas e clientes atendidos anualmente pela fábrica;

Indicadores qualitativos: melhoria da qualidade de vida dos produtores e funcionários da organização: realização de entrevistas com abordagens relacionadas à melhoria da qualidade das refeições, saúde e lazer familiar; valorização de iniciativas de Comércio Justo: realização de entrevistas acerca da importância do selo e das melhorias proporcionadas pela certificação.

#### 1) Cronograma – Quando?

No mês de maio de 2019 haverá reunião para escolha da nova diretoria da Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba e entrevistas com agricultores a fim de conhecer a situação produtiva e social atuais, como preço de venda do quilograma da castanha e capacidade produtiva da região.

Em junho será verificada e ajustada a situação fiscal da associação com Receita Federal, Justiça do Trabalho e demais órgãos competentes a fim de sanar qualquer impedimento legal para o recebimento da proposta do PSJ IV. No mês de julho será realizada assembleia com associados para informá-los do andamento das iniciativas e alocação de atividades aos membros da equipe;

O preenchimento do formulário eletrônico no site da Secretária de Desenvolvimento Agrário com dados da associação será realizado em agosto do mesmo ano, garantindo a visita in loco dos técnicos do PSJ IV. Já em novembro de 2019 a ACPCI espera receber relatório informando se o projeto será ou não realizado e iniciará buscas por financiamento bancário.

Em abril de 2020, espera-se obter visitas de vistoria para certificação dos produtores associados para obtenção do selo de CJ. Em julho de 2020 espera-se que haja o efetivo recebimento do selo.

No mês de setembro de 2020 é esperado que haja a inauguração da fábrica em Itaipaba, já no mês seguinte, os produtores certificados possam vender sua castanha à COPAC, já garantindo um preço maior do que o de mercado. O início do processo de certificação em CJ da fábrica será iniciado em outubro do mesmo ano.

Em março de 2021 espera-se obter a certificação de CJ pela fábrica, permitindo o início das negociações de venda com a Cooperativa Chico Mendes, de forma que o contrato

possa ser assinado em junho do mesmo ano e que em novembro de 2021 a ACPCI possa enviar a primeira remessa de amêndoas produzida na corrente safra.

m) Custo – Quanto?

A fim de simplificar o processo de análise de custos da organização, será feita uma simulação com base nas informações obtidas a partir da entrevista apresentada nos arquivos da ACPCI e conversas realizadas com Raimundo Silva, atual Presidente da Cooperativa Che Guevara, entidade produtora de amêndoas de castanha de caju que recebeu os investimentos do Projeto São José e é certificada, desde 2014, pelo Comércio Justo. Os dados informados pelo gestor são baseados em consultoria realizada pelo Sebrae e por sua experiência como gestor da Copac e Copacaju.

De acordo com Raimundo Silva, a receita líquida obtida na venda de um quilo de amêndoa para a Cooperativa Chico Mendes é 49 reais. Já considerando as despesas de transporte, todos os descontos de impostos na comercialização e o pagamento de 7% da receita de vendas à Copacaju. A cooperativa presidida pelo gestor cobra 12 reais por quilo na terceirização da produção de outras organizações, garantindo a entrega de um quilo de amêndoa a partir do recebimento de cinco quilos de castanha de caju.

Será simulado que a ACPCI em um primeiro momento, realizará a compra da castanha de caju dos produtores certificados e terceirizará todo o processo de produção, comprando o quilograma de castanha a 4 reais e obtendo um rendimento de 20%, conforme proposto pela COPAC.

Além disso, a ACPCI pagará mais 5 reais por cada quilo de amêndoa produzido, embalado e entregue à Copacaju, já sendo considerado que a associação já teria arcado com os 7 % cobrados pela central de vendas para realizar as os trâmites burocráticos necessários com a cooperativa italiana e demais empresas, garantindo a entrega do produto em boas condições para embarque com o frete pago pela empresa europeia.

No primeiro ano de operação, a ACPI pretende vender 20 toneladas de amêndoa à Cooperativa Chico Mendes, sendo necessária a compra de 100 toneladas de castanha a um preço de 4 reais, totalizando 400.000 reais.

Para processar e transformar 100 toneladas de castanha de caju em 20 toneladas de amêndoa seria necessário o pagamento de 340.000 reais à Cooperativa Che Guevara, 12 + 5, totalizando 17 reais por todo o serviço de beneficiamento e envio, de forma que o

pagamento total pela terceirização é obtido pela multiplicação da quantidade de ACC produzida, no caso 20.000 quilos e o custo das operações, de 17 reais por quilo.

A receita líquida obtida pela venda das 20 toneladas de amêndoas será obtida considerando uma receita líquida unitária de 49 reais na venda de um quilograma do produto, descontados os impostos sobre venda pagos na venda. Assim uma receita líquida de 980.000 reais no primeiro ano é previsto pela venda de 20000 quilogramas de amêndoas. Dessa forma, temos que:

Receita Líquida= R\$ 980.000

Custos e Despesas= R\$ 740.000

Lucro= R\$ 240.000

Assim, supondo a completa terceirização da produção de amêndoas a uma organização que recebeu investimentos do Projeto São José e consultoria de levantamento de custos pelo Sebrae para o cálculo dos custos de produção, espera-se uma proximidade com o cenário produtivo que viria a ocorrer caso a comunidade de Itaipaba seja beneficiada com o PSJ IV.

O preço cobrado pela terceirização considera uma margem de lucro para a Copac, de forma a inferir que os custos de produção da cooperativa, que opera com a certificação de CJ, atende aos critérios de pagamento de salários justos aos seus colaboradores, assim espera-se que a instalação da fábrica pelo PSJ IV apresente uma estrutura produtiva de custos semelhante a pertencente à fábrica presidida por Raimundo Silva.

Uma despesa considerada elevada para o sucesso do empreendimento está ligada à obtenção da certificação de CJ. Em simulação de obtenção do selo junto à certificadora Flocert. Uma organização que conte com 60 produtores de castanha certificados e 10 funcionários na linha de produção, teria de desembolsar aproximadamente 17 mil reais no primeiro ano e 12 mil reais nos anos subsequentes para obtenção e manutenção do certificado.

Tendo em vista que a ACPCI tem por objetivo a obtenção do selo de CJ e que o PSJ IV oferta investimentos que cobrem esse tipo de despesa, os valores necessários deverão ser considerados na fase de elaboração do plano junto aos técnicos, pois a certificação de CJ é vital para o sucesso da organização nos moldes de operação pretendidos, principalmente por garantir mercado consumidor capaz de atender toda a demanda de produtos certificados produzidos pela empresa.

Todas as demais despesas com critério legais, a exemplo de licença ambiental e funcionamento serão consideradas na elaboração do plano de negócios pelos técnicos do PSJ IV. Com vistas à redução de custos de funcionamento e do impacto ambiental, a fábrica utilizará fonte solar de energia como principal fonte de alimentação, a exemplo do que acontece na COPAC e que proporcionou a redução da conta de energia elétrica de R\$ 1.200 para R\$ 80,00, com operacionalização realizada com o apoio dos técnicos do PSJ IV.

A ACPCI tem como objetivo utilizar parte do financiamento do PSJ IV para aquisição da castanha de caju dos produtores, cobrir os custos inerentes à obtenção da certificação de CJ para a fábrica e pagar possíveis dívidas oriundas de financiamentos para certificação dos produtores da comunidade.

Para o recebimento das verbas do PSJ IV, será necessário que a ACPCI forneça uma contrapartida financeira, comprovada duas formas: a primeira será a garantia de bens móveis e imóveis, como carros e máquinas; e segunda, a comprovação em conta corrente da entidade de valor equivalente a 10 % do total do projeto.

Atualmente a ACPI não possui nenhum valor em sua conta bancária e a obtenção do capital se dará da seguinte forma: o ex-presidente e membro do conselho fiscal da associação garante o empréstimo de até 60.000 reais, a serem pagos com juros de 1% ao mês no prazo de 2 anos; o vice-presidente garante o fornecimento do seu carro avaliado em 30.000 reais para ser usado como garantia do projeto.

A ACPCI também irá sugerir a 20 membros que realizem o empréstimo de 5.000 reais na modalidade Agroamigo, do Banco do Nordeste, podendo gerar até 100.000 reais adicionais para financiar o projeto. A associação firmará acordo com os membros que investirem o dinheiro do empréstimo na construção da fábrica e o pagamento da dívida será feito na forma de compensação dos boletos, utilizando o capital oriundo do PSJ IV ou do empréstimo fornecido pelo ex-presidente. A associação também buscará empréstimo junto ao Banco, no programa de apoio ao desenvolvimento rural da região nordeste.

Dessa forma, num primeiro momento, contando apenas com os 60.000 reais emprestados no momento inicial, será possível receber um aporte de 480 mil reais não reembolsáveis, os 10% restantes para a formalização do financiamento serão oriundos do veículo, 30.000 reais e o restante será obtido via financiamentos junto ao Banco do Nordeste.

Em um cenário onde a associação não consiga financiamento junto ao Banco do Nordeste, o montante captado seria de 60.000 reais do empréstimo pessoal do ex-presidente e 30.000 reais do veículo do atual vice-presidente, dessa forma, seria possível obter um aporte não reembolsável de 360.000 reais.

Assim, no primeiro cenário, com a obtenção de 30.000 reais via empréstimo bancário, o projeto da construção da fábrica teria valor do investimento na casa dos 600.000 reais, desses, o PSJ IV financiaria 480.000 reais sem necessidade de reembolso pela ACPCI, que financiaria os 20% restantes. Já no segundo cenário, o valor do investimento seria de 450.000 mil reais.

Pelo fato de ser necessário o pagamento imediato pela compra da castanha de caju junto aos agricultores, é necessário que a empresa tenha recursos suficientes para realizar essa operação. Assim, a ACPCI buscará fornecedores de equipamentos para produção de amêndoa de castanha de caju que realizem financiamentos a juros baixos, longo prazo e que aceitem como garantia os próprios equipamentos fornecidos, buscando junto ao Banco do Nordeste o empréstimo desses recursos, utilizando uma das garantias os recursos obtidos pelo financiamento do PSJ IV e aproveitando o período de carência para pagamento dos empréstimos.

Dessa forma, os recursos financeiros serão utilizados prioritariamente para a compra de matéria prima, pagamento dos funcionários e manutenção dos demais custos de operação da fábrica. Esse panorama será útil para elaboração, pelos técnicos do PSJ IV, do plano de negócios que avaliará a viabilidade do empreendimento, conforme o desenho representado no Quadro4 abaixo, que retrata o resumo da aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas.



Quadro 4 – Resumo do quadro Impacto Social Canvas

IMPACTO SOCIAL CANVAS					eklos
<td>           CONSTRUIR UMA FÁBRICA DE AMÊNDOAS DE CASTANHA CAJU QUE AUXILIARÁ NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ERRADICAÇÃO DA FOME NA ZONA RURAL DE PACAJUS PERMITINDO QUE TODOS OS MORADORES DA REGIÃO TENHAM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE REALIZAR, NO MÍNIMO, 6 REFEIÇÕES DIÁRIAS         </td>					CONSTRUIR UMA FÁBRICA DE AMÊNDOAS DE CASTANHA CAJU QUE AUXILIARÁ NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E ERRADICAÇÃO DA FOME NA ZONA RURAL DE PACAJUS PERMITINDO QUE TODOS OS MORADORES DA REGIÃO TENHAM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE REALIZAR, NO MÍNIMO, 6 REFEIÇÕES DIÁRIAS
<td> <td> <td> <td colspan="2"> </td></td></td></td>	<td> <td> <td colspan="2"> </td></td></td>	<td> <td colspan="2"> </td></td>	<td colspan="2"> </td>		
AUSÊNCIA DE EMPREGOS POBREZA CRESCENTE FORTE DEPENDÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PRODUÇÃO ELEVADA DE CASTANHA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRO CIDADANIA DE ITAIPABA	CERTIDÕES FISCAIS E TRABALHISTAS ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO LICENÇA AMBIENTAL CERTIFICAÇÃO DE CJ DAP	PRESIDENTE VICE PRESIDENTE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA ACPCI CONTADOR VOLUNTÁRIO	AGO 19- ENVIAR FORMULÁRIO AO PSJ IV NOV 19- ACEITAÇÃO OU NÃO DO PROJETO ABR 20- CERTIFICAR PRODUTORES NO CJ SET 20- INAUGURAR FÁBRICA MAR 21- CERTIFICAR FÁBRICA JUN 21- ASSINAR CONTRATO COM COOP CHICO MENDES NOV 21- ENVIAR AMÊNDOAS	
<td> <td> <td> <td colspan="2"></td> </td></td></td>	<td> <td> <td colspan="2"></td> </td></td>	<td> <td colspan="2"></td> </td>	<td colspan="2"></td>		
PRODUTORES DE CASTANHA FUNCIONÁRIOS DA FÁBRICA JOVENS E MULHERES MORADORES EM SITUAÇÃO DE POBREZA	COMPRA DE CASTANHA A PREÇOS JUSTOS PRODUÇÃO DE AMÊNDOA NA FÁBRICA DO PSJ IV VENDA PARA EMPRESAS DO CJ	CERTIFICAÇÃO DE COMÉRCIO JUSTO PARCERIA COM COPACAJU APOIO DO PSJ IV	EMATERCE, STRP BNB, TÉCNICOS PSJ IV COPACAJU COOP CHE GUEVARA COOP CHICO MENDES		
<td colspan="2"></td> <td> <td colspan="2"> </td></td>			<td colspan="2"> </td>		
DISTRITO DE ITAIPABA, ZONA RURAL DE PACAJUS, DISTANTE 15 KM DO CENTRO DO MUNICÍPIO			AUMENTO DA RENDA E QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIADOS AUMENTO DAS VENDAS AUMENTO NO NÚMERO DE CLIENTES AUMENTO DA ESCOLARIDADE	COMPRA DO KG A 4 REAIS TERCEIRIZAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCIAMENTO DO PSJ IV BNB E MEMBRO DO CONSELHO FISCAL ENERGIA SOLAR PLANO DE NEGÓCIOS	

Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.3.4 Etapa 4- Relatório final e análise dos resultados

A partir do preenchimento do Quadro Canvas e da análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo realizada junto aos produtores de castanha da zona rural de Pacajus foi possível analisar o grau de compatibilidade da realidade atual vivida pela comunidade com os objetivos do PSJ IV e os princípios do Comércio Justo para obtenção da certificação. Melhorias a serem executadas pela associação comunitária de Itaipaba foram propostas a fim de facilitar a efetiva obtenção da fábrica nos moldes propostos.

#### 3.3.4.1 Adequação aos objetivos do Projeto São José IV

Em relação à compatibilidade entre os as diretrizes de alocação de investimentos dos recursos do PSJ IV, os principais aspectos obtidos a partir da aplicação do questionário e ferramenta Impacto Social Canvas estão ligados à inclusão econômica sustentável de produtores da agricultura familiar da zona rural de Pacajus.

O Quadro 5 apresenta a compatibilidade da situação verificada na comunidade com os objetivos do PSJ IV.

Quadro 5- Compatibilidade entre Comércio Justo e comunidade de Itaipaba via questionário e Impacto Social Canvas

Observação	Princípio	Compatibilidade	Justificativa	Verificação
Forte presença da agricultura familiar na região	Inclusão econômica sustentável	Presente	Cajucultores da região não estão satisfeitos com os valores pagos pela castanha	87 % dos entrevistados considerou injusto o preço obtido na venda da castanha
Produção de castanha suficiente para abastecer a fábrica	Inclusão econômica sustentável	Presente	Cajucultura está presente como fonte de renda das famílias da zona rural	Todos os entrevistados se declararam agricultores familiares
Documentação que ateste condição regular de agricultor familiar	Documentação comprobatória de atividade rural	Ausente	Cultura na região de postergar a obtenção da DAP	27 % dos entrevistados não possui DAP
Acesso a mercado consumidor que compre toda a produção	Inclusão econômica sustentável a partir do acesso a mercados	Presente	A obtenção da certificação de Comércio Justo pode garantir clientes que atendam toda a oferta da fábrica	A Cooperativa Chico Mendes, com sede na Itália, pode ser o principal cliente da fábrica após a obtenção da certificação
Manutenção da operação da	Inclusão econômica	Presente	Com o selo de CJ, a fábrica	Copac, certificada pelo

fábrica e crescente geração de empregos	sustentável		terá acesso a clientes que buscam aumentar o volume de compras	CJ, tem produção insuficiente para atender a demanda por produtos certificados
Participação de jovens	Atenção especial à juventude rural	Ausente	A participação de jovens na cajucultura da região é reduzida	ACPCI possui apenas dois membros com idade inferior a 30 anos
Atuação da ACPCI para obtenção do projeto	Comunidade rurais representadas por associações comunitárias	Presente	Associação comunitária constituída há mais de 20 anos que atua em favor da comunidade local	Obtenção de dessalinizador para serviço de água potável e um trator para apoio nas atividades agrícolas
Recursos a serem usados como garantias para financiamento	Documentação comprobatória de recursos financeiros	Presente	Associação conta com o suporte financeiro garantido e possíveis empréstimos bancários facilitados	Apoio do membro do conselho da ACPCI para emprestar 60.000 reais. Possível obtenção de empréstimos do Banco do Nordeste
Continuidade na compra do kg da castanha a 4 reais	Inclusão econômica sustentável	Presente	Geração de lucro com a terceirização de atividades.	Receitas obtidas com a venda de amêndoas

				certificadas garantem a geração de lucro
Modelo de negócios semelhante a implantado por fábrica do mesmo ramo	Inclusão econômica sustentável	Presente	Mercado consumidor voltado a instituições de CJ	Sucesso da Copac com a obtenção da certificação de CJ e do PSJ IV

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos critérios estabelecidos pelo PSJ IV e verificados na comunidade, apenas os critérios de relacionados à documentação formal da condição de agricultor familiar e a baixa participação de jovens não atendem aos objetivos do projeto.

A aplicação do questionário externou a forte importância da agricultura familiar em Itaipaba, tendo em vista que todos os entrevistados têm na atividade a principal forma de sustento.

Entretanto, na cajucultura, os valores ofertados pelo quilograma da castanha são considerados injustos pela maioria absoluta dos entrevistados. Dessa forma, a compra da castanha dos agricultores pela fábrica de amêndoas a um preço considerado justo, permitiria um acréscimo direto na renda dos produtores rurais.

A comunidade possui capacidade produtiva estimada em 200 t de castanha de caju por ano, o que seria suficiente para produção de aproximadamente 40 t de amêndoas de castanha de caju, considerando um rendimento médio de 20%, abordado na ferramenta Impacto Social Canvas. Dessa forma, seria possível atender à necessidade de matéria prima da fábrica.

Documentos necessários à participação dos agricultores na iniciativa, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf e a reduzida participação de jovens na associação que representa a comunidade são deficiências identificadas, que reduzem o grau de compatibilidade com os requisitos estabelecidos.

O interesse na obtenção da certificação de Comércio Justo para a fábrica de amêndoas de castanhas de caju é um importante fator de compatibilidade com relação à

inclusão econômica sustentável a partir do acesso a diferentes mercados consumidores, o que auxiliaria na manutenção das operações da fábrica.

A certificação de Comércio Justo apresenta papel central na idealização de criação da fábrica, pois tem enorme importância para a sobrevivência da fábrica, de forma que, ao obter a certificação de CJ para a fábrica e agricultores da comunidade, uma gama de clientes será aberta.

Como é o caso da Cooperativa Chico Mendes, empresa italiana que atua há mais de cinco anos na compra de amêndoas de fábricas cearenses certificadas. De forma a suprir toda a oferta de amêndoas de castanha de caju produzidas com o selo de CJ e demandar um volume superior ao produzido pela empresa.

Partindo do princípio que a Copac possui uma fábrica que foi financiada com recursos e apoio gerencial de etapas anteriores ao PSJ IV, infere-se que o projeto de instalação da fábrica, que trabalha com o mesmo produto, amêndoas de castanha de caju, ao receber o mesmo tipo de investimento e apoio na gestão, tende a apresentar resultados compatíveis aos obtidos por uma fábrica que recebeu o apoio do Projeto São José. Assim, a obtenção da certificação de CJ também seria de extrema importância para a execução desse novo empreendimento.

A contrapartida financeira exigida da entidade que almeja receber o projeto está suprida pelo aporte financeiro de 60.000 reais, cedido pelo membro do conselho da ACPCI, que cumpre o critério legal de existência mínima de dois anos, aumentando o grau de compatibilidade da comunidade com os critérios de alocação de recursos.

A possibilidade de inclusão sustentável a partir da geração de empregos diretos, na fábrica de amêndoas, e indiretos, nas propriedades rurais, atua como principal fator de compatibilidade a favor da inclusão econômica dos agricultores da comunidade de Itaipaba,

#### **3.3.4.2 Adequação aos princípios do Comércio Justo**

Com base nos dados obtidos na aplicação do questionário junto aos produtores rurais de castanha de caju da comunidade de Itaipaba e na aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas, foram observados os principais aspectos presentes da realidade vivida pelos agricultores que se relacionam com os princípios estabelecidos para a obtenção da certificação de CJ.

O Quadro 6 apresenta as situações identificadas na comunidade a partir das informações originadas do questionário aplicado, sua relação de compatibilidade com os objetivos defendidos pela iniciativa de CJ e as justificativas para o grau de compatibilidade mensurado.

Quadro 6- Compatibilidade identificada via questionário entre Comércio Justo e comunidade

Observação	Princípio	Compatibilidade	Justificativa	Verificação
Predomínio masculino nas atividades agrícolas	Melhoria da condição econômica das mulheres	Presente	A fábrica poderá gerar empregos para as mulheres da comunidade	86% dos entrevistados são do sexo masculino.
Idade média elevada dos agricultores	Compromisso com a não discriminação de idade	Presente	Idade elevada pode dificultar execução de trabalhos na agricultura	Idade média dos entrevistados foi de 55 anos
Forte importância da agricultora familiar para o sustento da comunidade	Criação de oportunidade a agricultores em desvantagem econômica	Presente	A principal profissão dos moradores de Itaipaba está ligada à agricultura familiar	Todos os entrevistados se declararam agricultores familiares
Baixo grau de escolaridade dos agricultores	Proporcionar capacitação	Presente	A maioria dos agricultores possui baixos níveis de instrução formais	Questionário aplicado demonstrou que 86% dos entrevistados tem o nível fundamental de instrução
Baixo nível de renda familiar	Criação de oportunidade	Presente	A maioria das famílias	86 % dos entrevistados

	a agricultores em desvantagem econômica		entrevistadas apresentam renda inferior a 600 reais per capita por mês	vivem em famílias com renda per capita mensal inferior a 600 reais
Produção de castanha suficiente para abastecer a fábrica	Criação de oportunidade a agricultores em desvantagem econômica	Presente	Cajucultura está presente como fonte de renda das famílias da zona rural	Volume amostrado foi cerca de 56 t, a produção total estimada é de 200 t de castanha em Itaipaba
Baixa agregação de valor na produção de castanha	Criação de oportunidade a agricultores em desvantagem econômica	Presente	Reduzido grau de beneficiamento da castanha na comunidade	Nenhum entrevistado realiza produção de amêndoas de castanha de caju
Predominância de modelos produtivos arcaicos	Proporcionar capacitação	Presente	Forte presença de cajueiros gigantes nas propriedades rurais	Nenhum entrevistado utiliza cajueiros precoces, que são mais produtivos
D documentação que ateste condição regular de agricultor familiar	Garantia de boas condições de trabalho	Ausente	Ausência de documentação que ateste a condição de agricultor familiar	27 % dos entrevistados não possui DAP e 13% não possui documento da propriedade
Participação em entidades	Criação de oportunidade	Ausente	Ausência de associações/	Nenhum entrevistado faz

produtoras da comunidade	a agricultores em desvantagem econômica		cooperativas operando na comercialização agrícola na região	parte de entidade comunitária que auxilia na comercialização da produção agrícola
Preço ofertado pela castanha considerado injusto	Pagamento e preço justo	Presente	Preço de venda ofertado pelo kg da castanha incompatível com o trabalho realizado	87 % dos entrevistados considerou injusto o preço obtido na venda da castanha
Não utilização de mão de obra escrava	Garantia que não haja trabalho forçado	Presente	Adequação em relação à legislação nacional	Nenhum entrevistado relatou uso de mão de obra escrava
Não utilização de mão de obra infantil	Garantia que não haja trabalho infantil	Presente	Adequação em relação à legislação nacional	Nenhum entrevistado relatou uso de trabalho infantil
Cultura local de posse de pássaros	Respeito ao meio ambiente	Ausente	Posse de pássaros aprisionados em gaiolas	33 % dos entrevistados possui algum animal silvestre
Concordância em participar em projetos produtivos na comunidade	Criação de oportunidade a agricultores em desvantagem econômica	Presente	Aceitação em participar de associação/cooperativa de produtores de castanha	Todos os entrevistados aceitam participar de entidades comunitárias produtivas



Dos resultados levantados, apenas 3 foram identificados como não compatíveis com os princípios de Comércio Justo, sendo estes relacionados com o desrespeito ao meio ambiente; pela cultura de posse de alguns entrevistados possuírem animais silvestres, a baixa participação dos agricultores em entidades comunitárias produtoras e a falta de documentação comprobatória da condição de agricultor familiar, pela ausência da Declaração de Aptidão ao Pronaf, são fatores de incompatibilidade identificados.

A partir da aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas com apoio de membros da ACPCI que conhecem a realidade enfrentada pelos moradores de Itaipaba, também foi possível a verificação da compatibilidade da situação atual da comunidade com os princípios de CJ, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7- Compatibilidade identificada via Impacto Social Canvas entre comunidade e Comércio Justo

Observação	Critério	Compatibilidade	Justificativa	Verificação
Redução das desigualdades sociais e erradicação da pobreza na zona rural	Criação de oportunidade de a agricultores em desvantagem econômica	Presente	A instalação da fábrica de amêndoas geraria empregos diretos e indiretos para a zona rural	Permitir que todos os moradores de Itaipaba possam realizar, no mínimo, 6 refeições diárias
Ausência de empregos formais na região	Criação de oportunidade de a agricultores em desvantagem econômica	Presente	Baixa oferta de empregos devido à pouca presença de empresas	Criação de empregos na fábrica e propriedades agrícolas
Reduzida participação feminina na agricultura	Melhoria da condição econômica	Presente	Os homens, na maioria das vezes, são os responsáveis	Priorização na contratação para a linha de mulheres na fábrica

local	das mulheres		diretos pelo trabalho nas propriedades	
Presença de associação comunitária constituída na região	Criação de oportunidade de a agricultores em desvantagem econômica	Presente	ACPCI atua há mais de 20 anos em prol de melhorias para a comunidade de Itaipaba	Obtenção de dessalinizador e trator para os moradores
Aumento do preço de compra da castanha dos agricultores da região	Pagamento e preço justo	Presente	Há a intenção de praticar um preço de compra de 4 reais pelo quilograma da castanha	Preço seria suficiente para manter a saúde financeira da fábrica
Utilização de matriz energética renovável	Respeito ao meio ambiente	Presente	Uso da energia solar como principal fonte geradora	Instalação de painéis solares de acordo com a legislação pertinente
Incentivo a financiamentos rurais	Proporcionar capacitação	Presente	Realização de encontros que incentivem o aumento da produtividade das plantações	Parceria entre Banco do Nordeste, Embrapa e Ematerce para auxiliar na capacitação

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos critérios considerados na obtenção da certificação de CJ, os dados obtidos a partir do questionário de campo e da aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas demonstram um elevado grau de compatibilidade na maioria dos critérios que puderam ser avaliados em virtude da recente situação enfrentada pelos trabalhadores rurais de Itaipaba.

A renda familiar per capita de 80 % dos entrevistados não ultrapassa 600 reais mensais; a forte presença da agricultura familiar para a geração desses recursos, pelo fato de

todos os entrevistados terem declarado a agricultura como profissão principal; a não agregação de valor às castanhas, mesmo com produção suficiente para abastecer uma fábrica de amêndoas com produção anual de 40 t, além da concordância em participar de associação produtiva comunitária; elevam o grau de compatibilidade da comunidade com relação ao objetivo de criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica.

O aumento no preço praticado na compra da castanha de caju pela fábrica, seria possível com a garantia de mercado consumidor que atendesse à ofertada de amêndoas produzida. Assim, seria possível que a fábrica elevasse o valor de compra de quilograma da castanha de caju para 4 reais, valor considerado justo pela maioria dos entrevistados, demonstrando compatibilidade em relação ao critério de pagamento e preço justo.

Posicionamento majoritário dos entrevistados com relação a não utilização de mão de obra de menores de 14 anos e ausência de trabalho forçado, estão compatíveis com os princípios estabelecidos pelo CJ.

A presença majoritária do nível fundamental como instrução formal; a média de 55 anos de idade dos produtores entrevistados; a possibilidade da contratação de mulheres para trabalhar na fábrica; estão compatíveis com os critérios de promoção de capacitação, compromisso com a não discriminação de idade e melhoria da condição econômica das mulheres.

A não participação dos agricultores em entidades representativas, como associações comunitárias; a falta de documentação que caracterize a profissão de agricultor familiar e a cultura de posse de animais silvestres por moradores da região, reduzem a compatibilidade da comunidade em relação aos critérios de respeito ao meio ambiente e participação em entidades comunitárias representativas para recebimento do selo.

### **3.3.5 Etapa 5- Sugestões de melhoria**

Algumas estratégias de melhoria a serem implementadas com base no panorama atual identificado pela ferramenta Impacto Social Canvas, aplicação do questionário e pesquisa bibliográfica serão sugeridas de forma a permitir uma maior adequação da comunidade de Itaipaba, representada pela Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba, aos objetivos e princípios estabelecidos pelo Projeto São José IV e para a obtenção da certificação de Comércio Justo.

### 3.3.5.1 Sugestões de melhoria voltadas ao Comércio Justo

Com base nos princípios estabelecidos pelo movimento de Comércio Justo, a análise de compatibilidade entre a situação vivida pelos moradores de Itaipaba, representados pela ACPCI, e os objetivos da iniciativa de comércio foram identificados a partir da aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas e questionário aplicado a produtores de castanha da região.

O fato de atualmente não haver a efetiva produção de amêndoas de castanha de caju na comunidade impediu a análise de compatibilidade em relação a alguns princípios do CJ, o Quadro 8 ilustra a verificação de compatibilidade identificado, os princípios relacionados, a justificativa para a adequação estabelecida e sugestões de melhoria a serem implantadas a fim de melhorar a situação identificada.

Quadro 8- Compatibilidade identificada e sugestões de melhoria baseada nos princípios do Comércio Justo

Princípio	Compatibilidade	Justificativa	Sugestão de melhoria
Criação de oportunidades para produtores em desvantagem econômica	Presente	Geração de empregos na fábrica para atender à demanda gerada pela certificação	Buscar participação de agricultores de outros distritos da zona rural de Pacajus
Responsabilização Social e Transparência	Não avaliada	Por não estar produzindo amêndoas, a avaliação em relação ao critério fica prejudicada	Compromisso estatutário de atividades que permitam fácil entendimento e efetiva participação dos membros com relação ao uso dos recursos da fábrica
Práticas de Comércio Justo	Não avaliada	Por não estar produzindo amêndoas, a avaliação em relação ao critério	Compromisso estatutário de realização de pagamentos aos envolvidos na cadeia

		fica prejudicada	produtiva no prazo estabelecido em contrato
Pagamento e Preço Justo	Presente	Intenção em praticar preço de 4 reais pelo quilograma da castanha	Compromisso estatutário de pagamento pelo quilo da castanha, no mínimo, 30% superior à média praticada no mercado da região
Garantia que não haja trabalho infantil e trabalho forçado	Presente	Ausência na identificação de práticas trabalhistas ilegais	Compromisso estatutário da realização de visitas aos produtores, denúncia e punição em caso de situação irregular
Compromisso com a não discriminação, equidade de gênero e melhoria da condição econômica das mulheres e liberdade de associação	Presente	Geração de empregos para mulheres, tendo em vista a predominância masculina como detentora da posse das plantações de castanha	Compromisso estatutário na execução de políticas de não discriminação, liberdade de associação e priorização na contratação de mulheres
Garantia de boas condições de trabalho	Não avaliada	Por não estar produzindo amêndoas, a avaliação em relação ao critério fica prejudicada	Compromisso estatutário da execução de práticas que visem à melhoria das condições de segurança e saúde dos funcionários e fornecedores

Proporcionar capacitação	Presente	Parceria da ACPCI com Banco do Nordeste e Embrapa para melhoria da produtividade nas plantações de castanha	Compromisso estatutário na execução de iniciativas que auxiliem na capacitação produtiva e educacional
Promover o Comércio Justo	Não avaliada	Por não estar produzindo amêndoas, a avaliação em relação ao critério fica prejudicada	Compromisso estatutário com práticas que incentivem a participação no movimento de CJ
Respeito ao meio ambiente	Ausente	Cultura local de praticar o aprisionamento de pássaros em gaiolas	Compromisso estatutário com a adoção de práticas que reduzam o impacto negativo ao meio ambiente pela operação da fábrica

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda que a situação dos moradores esteja adequada a princípios de CJ, a melhoria da compatibilidade entre a comunidade e o movimento alternativo de comércio a partir da implantação de algumas atividades, ajudaria na obtenção da certificação pela fábrica de amêndoas, principalmente em relação aos princípios não avaliados.

A geração de oportunidades para produtores em desvantagem econômica de Itaipaba está compatível com os objetivos estipulados, porém, a participação de outros produtores rurais de distritos vizinhos aumentaria o alcance dos impactos sociais da fábrica em outras comunidades da zona rural de Pacajus.

O compromisso da ACPCI na implantação em seu estatuto de práticas como elaboração mensal de demonstrações do resultado financeiro da fábrica, utilizando uma abordagem de simples entendimento pelos associados, bem como a garantia de efetiva

participação na escolha de aplicação das sobras de recursos oriundos da comercialização da amêndoa em projetos que beneficiem a comunidade, aumentaria a compatibilidade em relação à responsabilização social e transparência da organização.

Práticas de comércio justo poderiam ser incentivadas com a implantação estatutária de compromisso na busca de aumentar os valores pagos aos envolvidos em toda a cadeia produtiva na fabricação da amêndoa, valorizando a mão de obra empregada, realizando pagamentos no prazo estabelecido e adiantando o recebimento de recursos sempre que possível.

Efetivar no estatuto da associação o compromisso na realização de compra do quilo da castanha a valores superiores aos praticados no mercado local, permitiria a continuidade na realização de pagamentos e preços justos aos fornecedores da fábrica, pois teriam na venda de castanha à fábrica a certeza de melhores pagamentos.

A ausência de trabalho forçado e infantil visualizada é benéfica, porém, não garante a efetiva ausência de tais práticas. O compromisso em realizar visitas periódicas aos fornecedores da fábrica, a efetiva comunicação a autoridades competentes e exclusão do quadro de fornecedores seriam medidas compatíveis aos objetivos do CJ.

Possibilidade de inclusão feminina a partir da geração de empregos na fábrica é um fator importante, mas o efetivo compromisso instituído nas políticas de contratação e remuneração da organização, garantindo pagamento igual a mulheres que executem o mesmo tipo de serviço que homens. A denúncia de casos de discriminação e punição dos autores, bem como a permissão de criação de associação representativa dos colaboradores da fábrica, aumentariam a compatibilidade com os princípios defendidos pelo CJ.

Compromisso com a execução de práticas como a criação de mapa de riscos, realização da semana de prevenção de acidentes de trabalho e reuniões para instrução de correta utilização de equipamentos de proteção aumentariam a compatibilidade em relação ao compromisso da organização em garantir boas condições de trabalho aos colaboradores.

Parcerias com instituições de ensino e entidades de apoio à agricultura familiar ajudariam na garantia de capacitação, tendo em vista o baixo grau de escolaridade identificado. A utilização de recursos da fábrica para a criação de um laboratório de informática com acesso à Internet, bem como a realização de treinamentos na fábrica auxiliariam na promoção de capacitação da comunidade.

Redes sociais poderiam ajudar na divulgação da importância do movimento de CJ para a melhoria da qualidade de vida. Os relatos de casos de entidades que se beneficiaram

com a prática alternativa de comércio, nas reuniões da fábrica, incentivariam a promoção do movimento de CJ.

O comprometimento na priorização do uso de fontes renováveis de energia, utilização de embalagens e insumos que causem reduzido impacto ambiental, bem como a fiscalização da posse de animais silvestre e a efetiva denúncia ao Ibama e punição dos colaboradores, compatibilizaria as iniciativas da fábrica com princípios de respeito ao meio ambiente.

### 3.3.5.2 Sugestões de melhoria voltadas ao Projeto São José IV

Com base nos objetivos estabelecidos para instalação de empreendimentos produtivos financiados pelo PSJ IV, a verificação entre a situação vivida pelos moradores de Itaipaba, representados pela ACPCI, e os objetivos da iniciativa realizada pela parceria entre Governo do Estado do Ceará e Banco Mundial, está resumida no Quadro 9. Elaborado com base na aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas e questionário respondido por produtores de castanha da região.

Quadro 9- Resumo da compatibilidade da comunidade com objetivos do Projeto São José IV

Diretriz	Compatibilidade	Justificativa	Sugestão de melhoria
Apoio a agricultores familiares	Presente	Público alvo são os cajucultores de Itaipaba	Buscar participação de agricultores de outros distritos da zona rural de Pacajus
Associação comunitária que represente a comunidade	Presente	Presença da ACPCI como entidade representativa	Verificação e adequação da posse dos documentos exigidos pelo PSJ IV
Atenção especial à juventude rural	Ausente	Reduzida participação de jovens na cajucultura	Criação de políticas que incentivem a participação dos jovens na fábrica
Melhoria de acesso a mercados	Presente	Obtenção da certificação de CJ para acesso a mercados	Busca outros mercados consumidores que priorizem a compra oriunda da agricultura familiar
Melhoria do acesso	Ausente	Benefícios	Permitir acesso a água



a serviços de água		relacionados ao acesso à água não estão diretamente relacionados	potável pela revitalização do poço profundo no local da fábrica
Documentação formal que ateste condição de agricultor familiar	Ausente	Ausência da Declaração de Aptidão ao Pronaf por todos os agricultores	Demonstrar importância da documentação formal de agricultor familiar para os produtores em eventos na comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor

A instalação da fábrica de amêndoas de castanha de caju apoiaria a inclusão econômica de muitos cajucultores de Itaipaba, que possuem a Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba como entidade que pode atuar na representação dos moradores junto ao PSJ IV. Como forma de aumentar o número direto de beneficiários com a instalação da fábrica, produtores de comunidade vizinhas poderiam fazer parte do projeto pleiteado.

O incentivo à participação de jovens na execução das atividades da fábrica poderia ocorrer pela exigência da presença mínima de membros da diretoria da ACPC com idade inferior a 29 anos, além da efetiva participação dos jovens nas atividades diretamente ligadas ao PSJ IV.

A obtenção da certificação de CJ pela fábrica proporcionaria elevado acesso a mercado consumidores privados, com capacidade de suprir toda a oferta de amêndoas de castanha de caju produzidas na comunidade. Com vistas a melhorar o acesso a outros mercados consumidores, a ACPCI poderia buscar novos potenciais clientes de amêndoas, focando naqueles que valorizam a produção oriunda da agricultura familiar.

Elevar a segurança hídrica da comunidade de Itaipaba seria possível com investimentos para revitalização de um poço profundo que existe na antiga fábrica de amêndoas da comunidade, de forma a permitir que moradores da região tenham acesso a uma fonte gratuita e segura de água.

#### **4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a compatibilidade da criação de uma fábrica de produção de amêndoas de castanha de caju na zona rural de Pacajus certificada pelo selo de Comércio Justo e com investimentos do Projeto São José IV.

Assim, pode-se considerar que o objetivo principal foi atingido de forma satisfatória, à medida que, a partir das informações obtidas, pode-se concluir que a comunidade de Itaipaba apresenta, sob uma visão geral, características compatíveis com os princípios do Comércio Justo e objetivos almejados pelo Projeto São José IV para instalação de uma fábrica de produção de amêndoas, entretanto, algumas melhorias são demandadas.

Cabe ressaltar que as limitações do presente estudo estão ligadas ao fato de que o estudo realizado na comunidade de Itaipaba, zona rural de Pacajus, por se tratar de um estudo específico, não podem ter seus resultados generalizados e a não realização do estudo da viabilidade econômica do empreendimento.

Em relação ao alcance dos objetivos específicos, pode ser também considerado como bem-sucedido. A elaboração e aplicação do questionário junto aos agricultores foi útil para o levantamento de informações a respeito das características socioeconômicas dos produtores da zona rural de Pacajus. Possibilitando um maior conhecimento acerca da produção de castanha, importância da agricultura familiar e qualificação dos cajucultores da região.

A identificação dos aspectos relevantes utilizados como objetivos dos investimentos realizados pelo Projeto São José IV permitiu conhecer as diretrizes almejadas pelo Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial na realização de financiamentos para construção de empreendimentos na zona rural do Ceará. Também servindo como parâmetro para verificar a adequação da comunidade, representada pela Associação Comunitária Pro Cidadania de Itaipaba, com as demandas do Projeto.

Obter informações acerca dos princípios estabelecidos pela iniciativa de Comércio Justo e sua importância como modelo alternativo de negócio possibilitou aprofundar os conhecimentos sobre iniciativas comerciais que pregam responsabilidade social. O impacto positivo da iniciativa de CJ foi constatado, principalmente, a partir de exemplos de fábricas produtoras de amêndoas de castanha de caju que possuem a certificação de CJ, como a cooperativa cearense Copac, que teve no CJ uma excelente parceria de negócios. O

conhecimento da iniciativa comercial alternativa serviu de parâmetro para verificar compatibilidade da comunidade de Itaipaba com as demandas do movimento alternativo de negócios.

A aplicação da ferramenta Impacto Social Canvas se mostrou importante para estruturar um prévio modelo de negócios que serve de referência para apresentação aos técnicos do PSJ IV, de forma a ressaltar o impacto social positivo da construção de uma fábrica de amêndoas de castanha de caju para a comunidade de Itaipaba, bem como validar os resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos produtores rurais de Itaipaba.

Características socioeconômicas identificadas no estudo de caso, como a importância da agricultura familiar para comunidade, a reduzida oferta de empregos na região, o potencial produtivo de castanha de caju, aliadas à força de trabalho característica da zona rural de Pacajus são importantes fatores que demonstram uma oportunidade de atuação do Estado na geração de oportunidades de trabalho na região.

A identificação do movimento de Comércio Justo como forte gerador de demanda para a amêndoa de castanha de caju a ser produzida na região, aliada, ao fato de que haver uma entidade que foi beneficiada pelo Projeto São José e obteve com a certificação acesso a mercados grandes mercados consumidores, responsáveis pela compra integral de toda produção certificada, indica que a parceria entre Comércio Justo e Projeto São José IV possui boa compatibilidade.

A comunidade de Itaipaba, anteriormente teve na construção uma fábrica doada pelo Estado a oportunidade de impactar positivamente a vida de muitos moradores da região, entretanto, principalmente pela falta de mercado consumidor para atender a sua oferta de produtos, acabou por encerrar as atividades. Em 2019, o panorama identificado é diferente, com a identificação do movimento de Comércio Justo, sua preocupação em ajudar na melhoria da vida de produtores rurais a partir da inserção de entidades comunitárias produtivas, como a associação de moradores de Itaipaba, em mercados consumidores globais que movimentam bilhões de euros anualmente é um fator chave a ser considerado pelos técnicos do PSJ IV. O empenho dos membros da ACPCI para receber os recursos para a construção da fábrica são grandes e motivados pela esperança que a fábrica sirva como importante fator de transformação social na zona rural de Pacajus.

Cabe ressaltar que a ACPCI possui um histórico de importantes conquistas para a comunidade de Itaipaba, como a disponibilização de água potável, dessa forma, com o apoio

institucional do Estado do Ceará, Banco Mundial e do movimento de Comércio Justo, espera-se que a população da zona rural de Pacajus possa usufruir da instalação de uma fábrica de amêndoas de castanha de caju financiada pelo Projeto São José IV e, com o apoio técnico oferecido, consiga superar as inconsistências e venha a conseguir, como na Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara, utilizar uma fábrica de produção de amêndoas de castanhas de caju financiada pelo Projeto São José como importante agente de transformação social.

Dessa forma, pela importância de iniciativas que busquem a redução da desigualdade social pela geração de emprego, recomenda-se a realização de estudos acerca da viabilidade econômica da implantação de fábricas financiadas pelo PSJ IV, que tenham como foco a obtenção da certificação de Comércio Justo para garantia de amplo mercado consumidor, que valoriza o papel da agricultura familiar no comércio internacional e permite o desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais. Estudos acerca da viabilidade da inserção outros produtos oriundos da agricultura familiar que possam se beneficiar do movimento de Comércio Justo, como o mel de abelha, são recomendados.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. **Áreas da Engenharia de Produção**. Disponível em:

<<http://portal.abepro.org.br/a-profissao/#1521896862865-5590ca00-3aad>>. Acesso em: 05 junho 2019.

BARROS, Marina De. **Impacto gerado pela adoção da certificação fairtrade para produtores de café: Uma análise sobre a ótica econômica e social**. 2019. 71 g. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018. Disponível em: <

[http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/29504/1/DISSERTAÇÃO\\_Impacto%20gerado%20pela%20adoção%20da%20certificação%20fairtrade%20para%20produtores%20de%20café%20uma%20análise%20sobre%20a%20ótica%20econômica%20e%20social.pdf](http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/29504/1/DISSERTAÇÃO_Impacto%20gerado%20pela%20adoção%20da%20certificação%20fairtrade%20para%20produtores%20de%20café%20uma%20análise%20sobre%20a%20ótica%20econômica%20e%20social.pdf) >

Acesso em : 23 maio 2019.

BOSSLE, Marília Bonzanini. **Comércio justo no Brasil e a comercialização de produtos do algodão ecológico**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30370> > Acesso em : 23 maio 2019.

CHAGAS, Francisco. Desafios enfrentados na cajucultura cearense. **Biblioteca da ACPCI**, Pacajus, jan. 2019. Entrevista concedida a Marcéu Sá.

DA ROSA, J. M. C. **Estatística II (Notas de Aula)**. 2009. Disponível em:

<<http://www.est.ufpr.br/ce003/material/apostilace003.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

EL PAÍS. **EUA registram a taxa de desemprego mais baixa em quase meio século**.

Disponível em: <

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/economia/1556881510\\_133930.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/economia/1556881510_133930.html) >. Acesso em: 23 maio 2019.

Fairtrade Labelling Organizations International. **Our Vision & Mission**. Disponível em:<  
<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/our-vision.html>>. Acesso em: 28 maio 2019.

Fairtrade Labelling Organizations International. **Fairtrade Finder**. Disponível em:<  
<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/finder.html>>. Acesso em: 28 maio 2019.

Fairtrade Labelling Organizations International. **Annual Report 2017 – 2018**. Disponível  
 em:<[https://www.fairtrade.net/fileadmin/user\\_upload/content/2009/about\\_us/annual\\_reports/2017-18\\_FI\\_AnnualReport.pdf](https://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/about_us/annual_reports/2017-18_FI_AnnualReport.pdf)> . Acesso em: 20 maio 2019.

Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Ceará continua sendo o principal exportador de castanha de caju, diz estudo da Fiec. **O Povo**, Fortaleza, 31 maio 2019. Disponível em: <  
<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2019/05/30/ceara-continua-sendo-o-principal-exportador-de-castanha-de-caju--diz-estudo-da-fiec.html>>. Acesso em: 01 junho 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego sobe para 12,7% no 1º trimestre, diz IBGE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 abril 2019. Disponível em:  
 <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-fica-em-12-7-no-1-trimestre-diz-ibge,70002809909>>. Acesso em: 05 maio 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pobreza cresce e atinge 55 milhões de pessoas no Brasil. **Exame**, São Paulo, 05 dezembro 2018. Disponível em:<  
<https://exame.abril.com.br/brasil/extrema-pobreza-no-brasil-aumenta-e-chega-a-152-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 22 maio 2019.

Instituto Ekloos. **Impacto Social Canvas - Metodologia para estruturar iniciativas sociais**. Disponível em:  
 <[https://docs.wixstatic.com/ugd/c00d30\\_38fd2ba070db4867a72bc060e250dcd1.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/c00d30_38fd2ba070db4867a72bc060e250dcd1.pdf)>.  
 Acesso em: 27 maio 2019.

LAFORGA, Gilmar. **Comércio Justo: impactos, desafios e tendências em uma análise do debate internacional**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, XLIII, 2005, Ribeirão Preto.

NASCIMENTO, Marcelo Mascaro. **O que é considerado trabalho escravo no Brasil**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/o-que-e-considerado-trabalho-escravo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 junho 2019.

OSTERWALDER, A. e PIGNEUR, Y., **Business Model Generation**. 1st ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2010 . 288 páginas. ISBN-10-0470876417

PEDROSA, Alan Torres. **Requisitos de comércio justo em associações de produtores de culturas agroecológicas no Ceará**. 2014. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2014. Disponível em:: <[http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/26945/1/2014\\_tcc\\_atpedrosa.pdf](http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/26945/1/2014_tcc_atpedrosa.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2019.

PRODANOV C. C.; de FREITAS E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

QUEIROZ, Raimundo De. Realidade produtiva da cajucultura pacajuense. **Biblioteca da ACPCI**, Pacajus, jan .2019. Entrevista concedida a Marcéu Sá.

ROCHA, Daniela. **O ECA e o trabalho infantil**. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/o-eca-e-o-trabalho-infantil/>>. Acesso em: 06 junho 2019.

Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>>. Acesso em: 06 junho 2019.

Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. **Projeto São José IV: Marco de Gestão Socioambiental – MGSA**. Disponível em : <<https://www.sda.ce.gov.br/download/projeto-sao-jose/>> . Acesso em: 27 maio 2019

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <[https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf)>. Acesso em: 20 mai 2019.

SILVA, Raimundo Pereira. Impactos do Comércio Justo e Projeto São José no assentamento Che Guevara. **Biblioteca da ACPCI**, Pacajus, mai. 2019. Entrevista concedida a Marcéu Sá.

World Fair Trade Organization. **Who We Are**. Disponível em: < <https://wfto.com/who-we-are>>. Acesso em: 23 maio 2019.

WWF- Brasil. **O que é um animal silvestre?**. Disponível em: < [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/animais\\_silvestres](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/animais_silvestres)>. Acesso em: 06 junho 2019.



## APÊNDICE A- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário destinado aos cajucultores de Itaipaba com a finalidade de conhecer aspectos produtivos e econômicos dos agricultores familiares da região.

- 1) Qual seu gênero?
- 2) Qual sua idade?
- 3) Você frequentou o colégio até que série?
- 4) Qual a renda mensal da família e quantos habitantes a casa possui?
- 5) Qual sua profissão?
- 6) Qual a produção anual de castanha?
- 7) Você realiza a produção de amêndoa de castanha de caju?
- 8) Qual o preço de venda da castanha de caju?
- 9) Utiliza cajueiro precoce ou gigante na sua propriedade?
- 10) Utiliza somente mão de obra familiar?
- 11) Possui DAP?
- 12) Faz parte de Associação ou Cooperativa de produtores de castanha?
- 13) Utiliza mão de obra infantil?
- 14) Utiliza mão de obra escrava?
- 15) Possui algum animal silvestre?
- 16) Considera o preço pago pela castanha justo?
- 17) Qual preço considera justo?
- 18) Aceita participar de associação/cooperativa de produtores de castanha?
- 19) A área da propriedade é superior a 64 hectares?
- 20) Possui documentos da propriedade?